

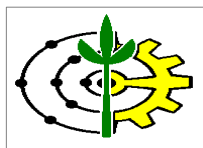
UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA
GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO -
CÂMPUS URUTAÍ

LAURA OLÍVIA DE OLIVEIRA ISSY

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E SUAS
IMPLICAÇÕES PARA GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO -
CÂMPUS URUTAÍ**

LAURA OLÍVIA DE OLIVEIRA ISSY

Sob orientação da Professora
Nádia Maria Pereira de Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Julho, 2012**

371.26

I86p

T

Issy, Laura Olívia de Oliveira, 1971-
O processo de autoavaliação
institucional e suas implicações para
gestão do Instituto Federal Goiano - Campus
Urutaí / Laura Olívia de Oliveira Issy -
2012.

67 f.: il.

Orientador: Nádia Maria Pereira de
Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 55-58.

1. Avaliação educacional - Teses. 2.
Processo decisório - Teses. 3. Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Goiano (Campus Urutaí) - Avaliação -
Teses. I. Souza, Nádia Maria Pereira de,
1962-. II. Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em
Educação Agrícola. III. Título.

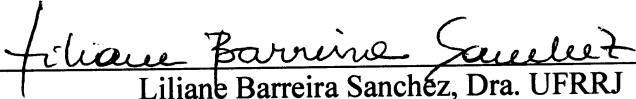
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

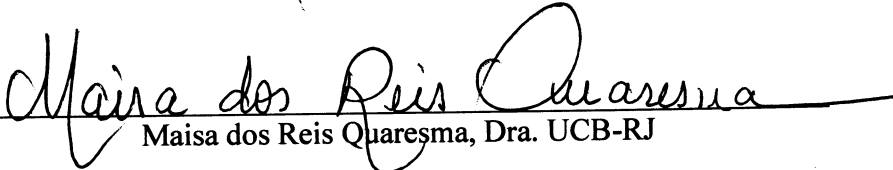
Laura Olívia de Oliveira Issy

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/07/2012.


Nádia Maria Pereira de Souza, Dra. UFRRJ


Liliâne Barreira Sánchez, Dra. UFRRJ


Maisa dos Reis Quaresma, Dra. UCB-RJ

DEDICATÓRIA

À minha mãe Tereza, ao meu esposo Alessandro e aos meus filhos Marina e Gustavo pela paciência e incentivo nesta conquista tão abençoada.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a “Deus” que me conduziu nesta caminhada de forma tão brilhante.
À minha família que sempre esteve por perto, por toda força e apoio incondicional.
Aos meus colegas do IF Goiano Câmpus Urutaí, que sempre me incentivaram e contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta conquista.
À minha querida Orientadora Nádia que sempre me acompanhou de forma paciente, competente e compreensiva.

RESUMO

ISSY, Laura Olívia de Oliveira. **O processo de autoavaliação e suas implicações para a gestão do Instituto Federal Goiano - Câmpus Urutaí**, 2012. 67p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

Pretendeu-se com este estudo investigar como se procedeu a implantação do processo de autoavaliação do IF Goiano – câmpus Urutaí, segundo a Lei nº 10.861/2004. A investigação analisou se os resultados oriundos do processo de autoavaliação estão sendo utilizados pelos gestores em suas tomadas de decisão e utilizados para auxiliar na reorganização e reconstrução de um modelo de gestão mais eficiente e participativo. A metodologia pautou-se em estudo bibliográfico e documental sobre a constituição e implementação do processo de autoavaliação no câmpus Urutaí. Dados qualitativos foram coletados por meio de questionários com perguntas abertas, aplicados aos docentes e técnico-administrativos do câmpus Urutaí e tratados mediante análise de conteúdo das percepções dos pesquisados quanto às contribuições do processo de autoavaliação do IF Goiano e sua importância para a gestão da instituição. Para validar a veracidade das informações estes dados foram posteriormente tabulados por meio de um programa informatizado de estatística. Os resultados apontaram a necessidade de ampla divulgação do processo de autoavaliação para maior participação da comunidade institucional e para que as informações obtidas possam ser absorvidas pelos gestores.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, Educação, Tomada de Decisão.

ABSTRACT

ISSY, Laura Olívia de Oliveira. **Institutional assessment and its implications for Instituto Federal Goiano Câmpus Urutaí management**. 2012. 67p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

This study aimed to investigate how proceeded the implementation of the IF Goiano – câmpus Urutaí's process of institutional self assessment, according to the legislation nº 10.861/2004. The investigation examined whether the results from the process of self-assessment are being used by managers in their decision making and used to assist in the reorganization and reconstruction of a more effective and participatory management model. The methodology based on a bibliographic and documental study of the constitution and implementation of the IF Goiano – câmpus Urutaí's self-assessment process. The qualitative data collected by means of questionnaires with open-ended questions, completed by IF Goiano – câmpus Urutaí's academic staff and the administrative body, were analyzed through content analysis, in order to identify the participants perceptions in relation to the contribution of the self-evaluation process, as well its importance to the management of the institution. For to validate the information veracity from the data, they were computed by statistical software. The results showed the necessity of the institutional self-assessment process being broader publicized all over the institution for more participation of the institutional community, and so that the results from the process are better absorbed by the managers.

Keywords: Institutional Assessment, Education, Decision-making.

LISTA DE SIGLAS

ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
CEFET	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IES	Instituição de Educação Superior
IF GOIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
	Processo de Avaliação Integrada do Desempenho Educacional e da
PAIDEIA	Inovação da Área
PAIUB	Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação
PROEJA	Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
SESU	Secretaria de Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SPA	Subcomissão Própria de Avaliação
TI	Tecnologia da Informação
UNED	Unidade Descentralizada de Ensino

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Categorização por Sexo	38
Gráfico 2 – Categorização por Situação Funcional	39
Gráfico 3 – Categorização por Regime de Trabalho	39
Gráfico 4 – Categorização por Área de Formação	40
Gráfico 5 - Autoavaliação Institucional no câmpus Urutaí	41
Gráfico 6 – Participação do Respondente no Processo de Autoavaliação no câmpus Urutaí.	43
Gráfico 7 – Como e que forma houve a participação do respondente no processo de Autoavaliação.	44
Gráfico 8 - Experiências atuais sobre Autoavaliação no câmpus Urutaí, segundo os respondentes.	45
Gráfico 9 – Percepção dos respondentes quanto à aplicação de ações administrativas e acadêmicas advindas dos resultados do processo de Autoavaliação	46
Gráfico 10 – Utilização dos resultados da Autoavaliação nas tomadas de decisões pelos gestores, segundo os respondentes.	47

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Correlação entre situação funcional dos respondentes e área de formação.....	40
Tabela 2: Correlação entre situação funcional dos respondentes e sexo.....	48
Tabela 3: Correlação entre situação funcional dos respondentes e sua efetiva participação no processo de autoavaliação.	48
Tabela 4: Correlação entre situação funcional dos respondentes e suas respectivas opiniões sobre as experiências atuais sobre autoavaliação.	49
Tabela 5: Correlação entre situação funcional dos respondentes e suas percepções quanto à aplicação de ações administrativas e acadêmicas advindas dos resultados do processo de autoavaliação.	50
Tabela 6: Correlação entre situação funcional dos respondentes e suas opiniões quanto a utilização dos resultados do processo de autoavaliação, pelos gestores, em suas tomadas de decisões.....	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	4
2.1	Objetivo Geral	4
2.2	Objetivos Específicos	4
3	METODOLOGIA.....	5
4	CAPÍTULO I ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	8
5	CAPÍTULO II AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, AUTOAVALIAÇÃO E GESTÃO EDUCACIONAL.....	13
6	Capítulo III Histórico e Implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e Implantação e Caracterização do IF Goiano.....	23
7	Capítulo IV Experiências e Resultados do processo de autoavaliação institucional aplicados no IF Goiano câmpus Urutaí.....	30
8	Capítulo V Contribuições da autoavaliação institucional do IF Goiano para o câmpus Urutaí, considerando os Relatórios da CPA e as percepções dos docentes e técnicos administrativos.....	37
9	Considerações Finais	53
10	REFERÊNCIAS	55
11	ANEXO.....	59
	Anexo A – Questionário aplicado na Pesquisa	60
12	APÊNDICES	62
	Apêndice A – Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do CEFET Urutaí-GO	63
	Apêndice B – Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do CEFET-Urutaí-GO	64
	Apêndice C - Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do câmpus Urutaí-GO	65
	Apêndice D – Portaria nº 085 de 25 de agosto de 2010.....	66
	Apêndice E - Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IF Goiano	67

1 INTRODUÇÃO

Dadas as constantes mudanças ocorridas no cenário em que estão inseridos os institutos federais, bem como diante da obrigatoriedade da Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que implementou uma proposta de avaliação institucional, incluindo a autoavaliação institucional, procurou-se abordar neste estudo como se procedeu a implementação do processo de autoavaliação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) - câmpus Urutaí, segundo as dez dimensões propostas pela legislação em questão. Outro ponto que se propôs investigar foi identificar quais as implicações dos resultados do processo de autoavaliação para a gestão da instituição.

Num cenário de incertezas políticas é possível que uma ferramenta de tamanha grandeza, como o processo de autoavaliação, seja explorada pelos gestores e pela comunidade acadêmica, para auxiliar nas tomadas de decisões, bem como na alocação de recursos de forma que sejam justos e condizentes com a realidade de cada área/curso existente dentro da instituição. Importante também que os resultados oriundos do processo de autoavaliação institucional possam estabelecer parâmetros norteadores de uma política atuante e significativa na transformação de desafios em oportunidades.

Conforme retrata a Lei do SINAES, o processo de autoavaliação permite auxiliar na produção de conhecimentos acerca de problemas identificados no cotidiano da instituição, devendo, portanto, ser assumido de forma coletiva pelos atores que a integram, para que a instituição cumpra sua função social visualizando, neste sentido, o aperfeiçoamento do processo.

Assim, torna-se necessário que seja criada uma cultura avaliativa institucional, uma vez que um processo de autoavaliação traz inúmeros desafios para sua implantação, onde se busca revelar os pontos fracos e fortes, oportunizando, também a busca de tomadas de decisões assentada em bases concretas, possibilitando alocar os recursos disponíveis em consonância com os diagnósticos levantados.

Para uma melhor compreensão deste estudo, importante evidenciar aspectos inerentes à avaliação institucional, onde Isaura Belloni (1998) argumenta que:

A avaliação institucional refere-se à análise do desempenho global da instituição, considerando todos os fatores envolvidos, em face dos objetivos ou missão da instituição, no contexto social, econômico, político e cultural no qual está inserida. Envolve avaliar seus processos de funcionamento e seus resultados, inseridos na realidade social, identificando os fatores favoráveis ao bom andamento e aqueles responsáveis pelas dificuldades, com vistas à sua superação. (BELLONI, 1998, p.39)

Sob este prisma, a autora buscou definir qual a finalidade da avaliação institucional. Para sua realização é necessário efetuar uma análise global acerca da instituição, averiguando-se inclusive aspectos relacionados à missão da instituição, identificando realmente quais as suas possíveis contribuições para a sociedade. Neste sentido é que se baseou este estudo, ou seja, identificar as contribuições relacionadas à avaliação institucional por meio do processo de autoavaliação aplicado no câmpus Urutaí, através da obrigatoriedade trazida pela Lei do SINAES¹ em 2004, bem como devido a outros aspectos inerentes ao processo de avaliação institucional e sua aplicação na gestão.

¹ Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, publicada no DOU – Diário Oficial da União Número 72, de 15/04/2004, seção 1, p.3

Percebeu-se, então, um grande desafio que deveria ser discutido no cotidiano dos Institutos Federais de Ensino, bem como os conflitos causados pela autoavaliação, que poderia vir a constituir um obstáculo à eficiência² do processo da gestão.

De certo modo o processo de avaliação institucional no cenário político atual se restringe ao caráter social que as instituições de ensino superior representam no país. Sabe-se que uma educação de qualidade é o que se busca na atualidade e esta qualidade poderá ser obtida, principalmente pela adesão aos processos avaliativos propostos pelos normativos vigentes. Adesão não somente pela aplicabilidade exigida na forma da Lei do SINAES, mas sim na adequação, aceitabilidade, continuidade e aplicabilidade dos resultados obtidos por meio dos processos avaliativos, pois avaliar por avaliar não fortalecerá o sistema, temos que avaliar por algum motivo, visualizando a obtenção de mais qualidade na educação superior no país.

Talvez este seja o grande problema que vêm enfrentando os estudiosos da área de educação, a sociedade não tem cobrado ações que visem melhorar o cenário atual do sistema de educação no país. E, enquanto isso os governistas, em geral, deixam “as coisas rolares” sem muita persistência e sem muita fundamentação, pois, muito podemos ainda fazer pela qualidade da educação brasileira.

A importância da avaliação institucional na educação brasileira se acentua por se apresentar como um instrumento de medição de qualidade e por demonstrar a realidade vivenciada no cotidiano da escola, bem como por demonstrar para a sociedade como se processa os projetos políticos pedagógicos desenvolvidos pela instituição. Cabe à avaliação institucional promover uma maior reflexão, por meio dos resultados oriundos do diagnóstico de forma a obter mais qualidade.

Entretanto, evidencia-se que no cenário atual das políticas para a educação superior a avaliação é uma importante ferramenta de manipulação dos governistas. Neste sentido, segundo Dias Sobrinho (2003, p.13), “a avaliação adquiriu dimensões de enorme importância na agenda política dos governos, organismos e agências dedicadas à estruturação e à gestão do setor público e, particularmente, da educação”. O que se percebe é que o termo avaliação institucional ultrapassa os muros da escola é muito mais amplo e complexo, e pode ser considerado como um elemento facilitador para a reestruturação das práticas educativas e auxiliar na reestruturação da gestão.

Para uma melhor compreensão deste estudo foram abordadas as seguintes questões: Os resultados do processo de avaliação institucional do IF Goiano como um todo, são utilizados pelos gestores do IF Goiano – câmpus Urutaí? Qual a percepção dos docentes e técnicos administrativos sobre a contribuição da autoavaliação, proposta pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do SINAES? O processo avaliativo tem contribuído com os gestores em suas tomadas de decisão? Qual a percepção dos docentes e técnicos sobre o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IF Goiano?

Neste contexto, este estudo partiu de uma revisão bibliográfica acerca da avaliação institucional no campo educacional, focando-se na autoavaliação, além dos pressupostos legais e dos principais documentos que norteiam a gestão do IF Goiano, procurando-se mediar o referencial teórico com a percepção dos atores sociais envolvidos na pesquisa - docentes e técnico-administrativos. Também foram aplicados questionários estruturados com questões abertas e fechadas aos docentes e técnicos administrativos acerca de suas percepções sobre a

² Eficiência é um princípio de administração de recursos, mais que uma simples medida numérica de desempenho. O princípio da eficiência é o da relação entre o esforço e resultado. Quanto menor o esforço necessário para produzir um resultado, mais eficiente é o processo. [...] (MAXIMIANO, 2007, p. 73).

contribuição do processo de autoavaliação institucional aplicado no Câmpus Urutaí, para a gestão da instituição

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Caracterizar o processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) e sua contribuição para a gestão no campus de Urutaí-GO.

2.2 Objetivos Específicos

- Descrever historicamente as experiências de autoavaliação institucional do IF Goiano – campus Urutaí.
- Caracterizar as metodologias de autoavaliação institucional aplicadas no IF Goiano - campus Urutaí.
- Descrever os principais resultados da autoavaliação institucional do IF Goiano, a partir dos relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA).
- Identificar a contribuição da autoavaliação institucional do IF Goiano para o campus Urutaí, considerando os relatórios da CPA e as percepções dos docentes e técnicos administrativos.

3 METODOLOGIA

A metodologia proposta neste estudo pautou-se na observância aos seguintes tópicos:

- Revisão bibliográfica teórico-conceitual sobre avaliação institucional, autoavaliação e gestão em educação;
- Pesquisa documental sobre a constituição dos Institutos Federais e sobre o IF Goiano – câmpus Urutaí;
- Pesquisa documental sobre a constituição do processo de autoavaliação no âmbito do IF Goiano – câmpus Urutaí, detalhando a concepção da CPA, a procedência da coleta dos dados e a elaboração do relatório;
- Aplicação de questionários com questões abertas e fechadas aos representantes dos segmentos docentes e técnico-administrativos sobre a percepção da contribuição da autoavaliação no processo de gestão do IF Goiano.

Para auxiliar na compreensão deste estudo, primeiramente, foi realizada uma pesquisa histórica e conceitual acerca da temática avaliação institucional, bem como se procurou averiguar as transformações ocorridas na área de avaliação educacional, focando-se a análise a partir da implementação do processo de autoavaliação institucional para as instituições que ministram educação superior no país, estabelecida legalmente a partir da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 – que estabelece o SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Assim, estabeleceu-se o objeto deste estudo na análise dos procedimentos adotados no câmpus Urutaí, unidade pertencente ao IF Goiano.

Desta forma, foi abordado o processo aplicado no IF Goiano, que antes da criação dos Institutos Federais já ofertava o ensino superior, o que proporcionou um histórico de processo de autoavaliação institucional, visto que o mesmo já havia sido implantado no CEFET-Urutaí em atendimento à Lei do SINAES.

Em seguida, foi elaborado um questionário aplicado aos servidores do câmpus Urutaí, obedecendo a seguinte ordem: primeiramente foi dividido em três partes, sendo a primeira, a caracterização dos respondentes com quatro de questões fechadas; a segunda parte abordou a autoavaliação aplicada na instituição, com quatro questões fechadas e, por fim, a terceira parte tratou das percepções dos respondentes sobre autoavaliação, sendo composta por quatro questões abertas, as quais foram categorizadas e disponibilizadas na forma de gráficos para melhor visualização dos resultados obtidos da pesquisa, bem como para auxiliar na compreensão dos objetivos propostos neste estudo.

A pesquisa foi aplicada a todos os servidores docentes (num total de oitenta e dois) e técnicos administrativos (num total de cento e três), lotados e em exercício no câmpus Urutaí, por meio do questionário enviado por e-mail e em forma impressa, entregue pessoalmente, àqueles que não tinham e-mail cadastrado na instituição. O retorno obtido, entretanto, resultou numa amostra de 32,43% (trinta e dois, quarenta e três por cento). Desta forma, tornou-se possível afirmar que essa amostra trouxe uma representação significativamente aceita dentro dos padrões, conforme demonstra Alvim Antônio de Oliveira Netto (2006) “A amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população, um subconjunto). [...] Numa pesquisa, pode-se aproveitar uma parte representativa desse universo e trabalhar com ela no lugar do todo” (p. 66)

Quanto ao questionário aplicado, segundo Maria de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2007, p. 101), este deverá conter questões que permitam aos informantes a probabilidade de responder livremente as questões apontadas, bem como usar uma linguagem própria para expressar sua opinião. Na mesma obra, Marconi e Lakatos (2007), afirmam que a

escolha do tema da pesquisa “é o assunto que se deseja estudar e pesquisar. O trabalho de definir adequadamente o tema pode, inclusive, perdurar por toda a pesquisa. Nesse caso, deverá ser freqüentemente (sic) ser revisto. [...] O tema deve ser preciso, bem determinado e específico” (p. 25). Devido esta pesquisa apresentar uma temática nova para a maioria dos servidores, não foi possível obter um contingente maior de respondentes, porém a pesquisa abordou um tema relevante para a instituição, pois a autoavaliação deverá acontecer sempre na instituição para atendimento aos normativos vigentes.

Dentro deste contexto evidenciou-se a relevância desse tema não só para cumprimento das formalidades legais, mas também como a possibilidade da instituição verificar possíveis falhas na gestão e obter um maior controle sobre os investimentos realizados pelo governo através da política de Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, constantemente veiculada pela mídia nacional, dentre outros benefícios positivos que a autoavaliação poderá trazer para a instituição.

Dessa forma, os dados levantados contribuíram para a exploração do tema proposto neste estudo, conforme aponta Marconi e Lakatos (2007, p. 25), o “estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações podendo até orientar as indagações”.

Consoante ao exposto, e, após coletados os dados, estes foram codificados, segundo categorias criadas por semelhança e por assunto e, posteriormente, foram tabulados, permitindo assim a realização da análise de conteúdo e interpretação com maior intensidade e complexidade, objetivando alcançar os ideais propostos neste estudo, no que tange à concepção do processo de autoavaliação, implementado e aplicado no câmpus Urutaí, bem como ter conhecimento de suas implicações para a gestão da instituição, face às tomadas de decisões acerca da implementação de novas ações.

As questões discursivas aplicadas neste estudo permitiram aos participantes o direito de expressarem sua opinião com liberdade, uma vez que o questionário:

[...] tem por objetivo permitir uma resposta livre e não limitada de alternativas previamente definidas; a característica mais importante é que apresentam a questão, mas não apresentam nem sugerem qualquer estrutura para a resposta; as respostas abertas são indicadas nos casos em que a questão é complexa, quando não se conhecem suas dimensões significativas ou quando o interesse da pesquisa é explorar um processo ou formular uma questão pelo indivíduo (DENCKER, 2001, p. 163).

Assim, é possível afirmar que estas questões discursivas, apontadas no questionário, proporcionaram o levantamento de situações complexas, antes não visualizadas, dentro do câmpus Urutaí. E, também estas respectivas situações apontadas, após serem estudadas e discutidas com os sujeitos envolvidos, poderão se constituir em uma ferramenta norteadora de novos rumos para os gestores.

Desta forma, para cumprir os objetivos propostos neste estudo foi realizada uma análise de conteúdo com a finalidade de delinear maior precisão nas respostas obtidas, bem como para facilitar a compreensão da matéria. Segundo Berelson (apud Bardin, 1977) “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (p. 19). Segundo o autor, essa análise de conteúdo pode ser visualizada como um conjunto de instrumentos metodológicos que na medida em que sofrem modificações podem ser usados pelos sujeitos em diversos discursos.

Para tabular os dados referentes a este trabalho foi utilizado o programa de estatística denominado SPSS V. 19 (*Statistical Package for the Social Sciences*), desenvolvido, primeiramente, para análise quantitativa de dados nas ciências sociais, mas que possui

aplicação prática para outras áreas. A licença do programa foi adquirida pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi auxiliar de forma quantitativa na análise de conteúdo, com a categorização dos dados obtidos, proporcionando uma análise de maior precisão, inclusive corroborando para a confecção de tabelas e gráficos.

4 CAPÍTULO I

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As políticas de avaliação da educação superior do Brasil tiveram um impulso em julho de 1993, quando surgiu a Secretaria da Educação Superior (SESu), vinculada ao Ministério da Educação, que criou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Assim foi idealizado o Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras – PAIUB, que tinha por objetivo geral “rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio político da Instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas” (MEC/SESu, 1994, p. 13).

De modo geral a avaliação de uma instituição é global e considera as múltiplas funções da educação superior: ensino, pesquisa, extensão e gestão da educação.

O PAIUB, segundo Dilvo Ristoff (1999), previa a construção de uma cultura da avaliação (adesão voluntária) e buscava obter uma linguagem homogênea entre as universidades brasileiras tanto no que se referia a questões ligadas a legitimidade (política e técnica) e continuidade nos procedimentos de implementação revelando o grau de eficácia obtido por meio dos resultados alcançados.

[...] o PAIUB – uma avaliação capaz de identificar os pontos fortes e fracos, as possíveis omissões e potencialidades inexploradas, para que se possa, não punir ou premiar, mas dar consequência, corrigindo rumos e buscando iluminar as virtudes necessárias à busca de uma universidade melhor (RISTOFF, 1999, p. 59-60).

A partir daí, inúmeras foram as discussões realizadas acerca do referido Programa, conflitos foram surgindo, pois o PAIUB foi a primeira tentativa de instauração de um sistema de avaliação institucional da educação superior brasileira, sendo que as primeiras discussões sobre esta temática surgiram desde 1983. Porém é importante mencionar que a SESU/MEC quando introduziu o Exame Nacional de cursos, por meio da publicação do Decreto 2.026/1996, houve uma reorganização da avaliação da Educação Superior e os financiamentos para o PAIUB foram retirados, ocasionando a não manutenção do referido programa enquanto sistema de avaliação da educação superior brasileira, o que significa que esta intervenção política não seguiu orientações de autores renomados na área de avaliação institucional e seus respectivos questionamentos quanto à aplicabilidade do programa no cenário da educação superior do país.

José Dias Sobrinho (2002), outro estudioso do assunto, aponta que o PAIUB:

[...] procura ser um amplo processo avaliativo e, por conseguinte, interpretativo, analítico e educativo, isto é, transformador. Consiste em uma ação sistemática e coletiva de compreensão global de uma instituição (neste caso, a universidade) e a atribuição de juízo de valor sobre o conjunto de atividades, estruturas, fins e relações, com o propósito de melhorar a instituição, tendo em conta suas características de identidade e sua missão (p.69).

O processo avaliativo deve ser sistemático e contínuo, para que possa gerar ações de aperfeiçoamento das atividades dentro das Instituições de Educação Superior (IES) e também sempre almejando o alcance dos objetivos e metas institucionais.

O conhecimento na área evoluiu e mudanças ocorreram nas políticas de avaliação da educação. Dentro deste prisma, este estudo considerou sua análise, a partir da proposta de avaliação instituída por meio da publicação da Lei nº 10.861/2004 – que estabeleceu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, descrevendo como seu objetivo principal, assegurar:

§ 1º a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, p.3).

Com base na missão do Instituto Federal Goiano, que é **“Proporcionar aos jovens e adultos uma formação integral, com habilidades e competências claras, de modo a torná-los capazes de exercerem plenamente sua cidadania; gerar e difundir tecnologia, atendendo à demanda do mundo do trabalho; além de promover a qualidade de vida”**, a avaliação institucional deverá ser realizada por procedimentos e instrumentos diversos, enfatizando a autoavaliação (avaliação interna) e a avaliação externa.

O SINAES também instituiu uma comissão denominada CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, no âmbito do Ministério da Educação, encarregada de conduzir os trabalhos inerentes ao processo avaliativo das instituições de ensino superior do país, conforme configurado nos artigos 6º e 7º da Lei 10.861/2004.

Essa legislação valorizou o papel da autoavaliação institucional, conjugando-o com a avaliação externa (realizada por especialistas do MEC, para reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores nas instituições de ensino de todo país), com o propósito de avaliar a instituição nas seguintes dimensões:

- I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV – a comunicação com a sociedade;
- V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional; (grifo nosso)

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (INEP, 2009, p. 152-153, grifos nossos).

Estas dez dimensões passaram, então, a nortear os gestores para a identificação de fragilidades e potencialidades do universo escolar, bem como serviriam como orientação para incrementar ações mais acertadas dentro do contexto atual dos Institutos Federais.

Neste estudo, buscou-se levantar informações junto à comunidade acadêmica a respeito da autoavaliação do IF Goiano câmpus Urutaí, especialmente sobre os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional, face às exigências legais do SINAES, no que concerne a oferta de educação superior.

Para dimensionar a compreensão do objeto deste estudo, torna-se importante mencionar o que diz o artigo 2º da Lei 11.892/2008:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, p. 1).

Assim, os Institutos Federais ao oferecer a educação superior sofrem a regulação estabelecida pelo SINAES, como as demais IES espalhadas pelo país. Entretanto, esta obrigatoriedade revela uma importância significativa dentro do contexto educacional, por ser um processo de consolidação de uma nova identidade institucional que propicia a obtenção de uma visão crítica, tanto sob a ótica de políticas internas como de práticas educativas.

Neste contexto, vislumbra-se que a autoavaliação institucional deve ser considerada com um elemento capaz de abstrair informações para auxiliar os gestores na articulação de estratégias pró-ativas, devendo estar pautada no compromisso político social e na busca pela interação entre os atores que participam do processo educacional, tanto na área pedagógica como administrativa, visando à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão. Cumpre ressaltar que sua importância está pautada também não só no social, mas também, por permitir uma interface na estrutura organizacional da instituição, por revelar medidas saneadoras por meio da deflagração de ações corretivas e punitivas para instituições que não obtiveram desempenhos satisfatórios. Então é possível argüir que o SINAES proporciona às instituições de ensino superior condições favoráveis acerca dos indicadores de qualidade de modo que possam refletir mais positivamente durante a formação de estudantes de nível superior de forma que sejam sujeitos cada vez mais críticos e atuantes no mundo do trabalho.

De forma geral os processos avaliativos que compõem o sistema de avaliação institucional das IES deveriam se constituir, primeiramente, da avaliação interna de cada instituição para, posteriormente, após os diagnósticos levantados, haver discussões mais acirradas sobre as políticas a serem implementadas pelo governo para a área de educação.

Para uma melhor compreensão deste estudo, evidenciou-se a importância de ressaltar a proposta de autoavaliação apresentada na revisão ampliada do SINAES:

De acordo com lineamentos gerais e indicadores comuns, propostos mais adiante, e de outras decisões específicas, cada instituição realizará uma autoavaliação, que se completa a cada três anos, e que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação. O processo de autoavaliação é de responsabilidade de cada instituição, que buscará

obter a mais ampla e efetiva participação da comunidade interna nas discussões e estudos, sendo recomendável que nesse processo também conte, a seu critério, com a colaboração de membros da comunidade externa, especialmente de ex-alunos e representantes daqueles setores sociais mais diretamente envolvidos com a IES (INEP, 2009, p. 111-112).

Conforme expressado, o processo de autoavaliação é de extrema importância para compreender melhor qual a identidade das instituições e quais são os instrumentos constitutivos que poderão auxiliar nos futuros processos avaliativos, ou seja, a autoavaliação é a peça precursora que deverá nortear os estudos acerca da regulação das instituições de ensino no país.

Para o melhor desenvolvimento dos processos avaliativos, no âmbito do MEC, para todas as áreas do conhecimento, o SINAES apresentou o Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área (Paideia). Esse processo

[...] prioriza o enfoque de movimento e de integração, buscando compreender não só o “estado da arte” em um determinado momento, porém, em especial, as dinâmicas e valores agregados em cada área do conhecimento [...] Assim, o Paideia preocupa-se com as dinâmicas da formação, que devem ser críticas e criativas, do desenvolvimento e da inovação em cada área, considerando a interdisciplinaridade, as relações de fronteira, o significado social da formação, o valor público dos conhecimentos, os avanços das ciências, tecnologias e artes, na perspectiva da educação continuada e das exigências de toda ordem, que se renovam e que se complexificam a cada ano (INEP, 2009, p. 120-121).

Infelizmente, o PAIDEIA ficou só no ensejo de alguns intelectuais e a ênfase do SINAES acabou recaindo sobre a avaliação institucional do ponto de vista da regulação, principalmente na noção do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE.

Contudo, pode-se afirmar que a autoavaliação, quando visualizada como um processo dinâmico, busca evidenciar qual a identidade da instituição, para que se possa melhor organizar sua própria administração, esta permite observar, ainda, se há coerência entre os objetivos e metas propostas e o que foi efetivamente realizado em detrimento dos mecanismos utilizados, da participação acadêmica e, enfim, da qualidade nos serviços prestados.

Para o estabelecimento legal do processo de autoavaliação, o SINAES também estabeleceu diretrizes para nortear a instauração dos processos de autoavaliação no âmbito das IES no país, com o objetivo de fornecer subsídios para a implementação de políticas na área de educação que privilegie a qualidade do ensino.

Para a realização das atribuições relativas ao processo de autoavaliação o governo instituiu, na Lei do SINAES, a Comissão Própria de Avaliação – CPA, para conduzir os processos avaliativos, sendo suas atribuições e diretrizes definidas pelo art. 11 da Lei nº 10.861/2004:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I - constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da

sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior (INEP, 2009, p. 157).

Dada a relevância da autoavaliação, no contexto das instituições de ensino superior, e, apesar do IF Goiano trabalhar também com outros níveis e modalidades de ensino, buscou-se neste estudo enfatizar a autoavaliação, uma vez que ela se constitui um processo interno, onde as informações podem ser exploradas de forma sistemática e contínua para o aprimoramento das ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e as interfaces que podem ser articuladas junto aos objetivos e missão institucional. Paulatinamente, vislumbrou-se no universo acadêmico a institucionalização das práticas pedagógicas, com o intuito de abstrair uma maior capacidade de interação entre os protagonistas que participam do processo avaliativo.

Nesse sentido, para solidificar melhor os ideais propostos neste estudo, procurou-se abordar, com maior intensidade a autoavaliação e a constituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA, dentro da instituição. Observou-se que a autoavaliação revelou uma importância significativa dentro do contexto educacional por se apresentar como um diagnóstico da instituição, sendo todo o processo, conduzido pela Comissão Própria de Avaliação, a qual compete o papel de juntar informações de todos os segmentos da comunidade escolar e sistematizá-los em forma de relatório e, posteriormente, protocolá-lo no sítio do MEC, disponibilizando-o no sítio oficial da instituição para fins de manter a transparência das ações, bem como incentivar a regulação por parte da comunidade.

O papel da CPA é conduzir o trabalho de mobilização da comunidade interna, por meio da sensibilização de todos para a importância da realização do processo de autoavaliação para a instituição no sentido de elevar a qualidade do ensino dentre outros aspectos importantes tais como permitir a deflagração de ações corretivas às instituições que não conseguem obter desempenhos satisfatórios.

Os resultados oriundos do processo de autoavaliação fornecem subsídios para os processos decisórios, principalmente, por revelar os pontos fortes e fracos da instituição podendo, também contribuir para a implementação de políticas internas dentro da instituição e até mesmo no âmbito do próprio MEC.

Assim, este estudo concentrou-se em verificar uma das possíveis vertentes a ser revelada por meio da aplicação do processo de autoavaliação, ou seja, identificar como tal processo pode interferir e contribuir para a gestão do IF Goiano – câmpus Urutaí.

Por conseguinte, considerando-se que o SINAES, por meio da autoavaliação deve contribuir para que as instituições de ensino superior repensem seus objetivos e revejam o plano de metas e ainda auxiliem os gestores no compromisso político-social com a educação de qualidade, uma vez que as incertezas propostas pelo cenário político atual, aliado aos avanços tecnológicos, tornaram a autoavaliação um processo de grande relevância que estabelece uma forma atuante de transformação de desafios em oportunidades no que tange ao compromisso de uma gestão mais eficiente, eficaz e efetiva.

5 CAPÍTULO II

AValiação EDUCACIONAL, AValiação INSTITUCIONAL, AUTOAValiação E GESTÃO EDUCACIONAL.

O termo avaliação visualizado dentro de uma instituição de ensino é bastante complexo, não obstante que se trata de um termo inerente a constituição do homem e consequentemente da sociedade. Neste sentido, Ieda Maria Freitas e Amélia Silveira (1997), comentam que a

[...] a avaliação é uma atividade inerente a qualquer atividade humana porque tem a função de analisar as ações já realizadas, ao mesmo tempo em que orienta ações futuras, devendo, portanto, constituir-se num instrumento indispensável à gestão das organizações sociais. (FREITAS; SILVEIRA, 1997, p. 181)

Desde os primórdios já se pensava em avaliar, pois somente a avaliação permite repensar aquilo que foi proposto, comparando-o com o realizado, para fins de orientação sobre novas proposições, ou seja, para melhor orientar novas ações a serem planejadas, dentro de quaisquer contextos.

Eyng (2004, p. 3) define a avaliação como “[...] o processo que permite recolher informações, elaborar juízos e tomar decisões de melhoria [...]”. Assim, a avaliação deve ser um processo contínuo e sistemático e sua singularidade deveria permitir aos gestores a probabilidade de tomar decisões mais acertadas, no intuito de melhorar o desempenho institucional e, consequentemente, a qualidade do ensino superior no país. Desta Forma, a avaliação institucional, tem, conforme destaca Belloni (2000):

[...] como objeto instituições, sistemas e projetos ou políticas públicas. A avaliação de instituições educacionais refere-se à análise do desempenho global da instituição, considerando todos os fatores envolvidos, em face dos objetivos ou missão da instituição, no contexto social, econômico, político e cultural no qual está inserida. Envolve avaliar seus processos de funcionamento e seus resultados, inseridos na realidade social, identificando os fatores favoráveis ao bom andamento e aqueles responsáveis pelas dificuldades, com vistas à sua superação (BELLONI, 2000, p.40).

Dentro do contexto da educação, Belloni (2000), também se apresenta como uma defensora dos rumos tomados após os resultados oriundos do processo de autoavaliação e da preocupação com o alcance das atividades finalísticas da instituição e da compreensão dos objetivos e metas previstos.

Nesse intuito, Dias Sobrinho (2002, p. 134), esclarece que “[...] a avaliação de instituições educacionais deve visar em primeiro lugar a construir de modo democrático uma fundamentação das intencionalidades de transformação qualitativa da prática educativa”. Dias Sobrinho (2002), afirma que a avaliação não deve ser apresentada aos educadores em sua complexidade, mais sim contribuir para que novas práticas educativas possam surgir de forma intencional.

Assim, a avaliação institucional passa a se constituir como um processo que se institucionaliza para a melhoria do ensino, pesquisa e extensão e já não deve ser vista como mais uma ferramenta de controle da gestão, pois seu objetivo é subsidiar a gestão, oferecendo

um diagnóstico para uma possível tomada de decisão, cuja meta a ser alcançada é a promoção de maior qualidade no ensino, justamente por permitir a criação de medidas favoráveis à otimização da formação dos estudantes de nível superior.

Evidenciou-se, desse modo, a necessidade de esclarecer alguns apontamentos sobre o conceito de gestão para se compreender a dinâmica estabelecida entre os resultados do processo de avaliação e sua utilização nas tomadas de decisão pelos gestores da instituição. Torna-se possível afirmar que gerir uma instituição de ensino deve envolver a elaboração de um conjunto de normas a serem aplicadas na utilização dos recursos disponíveis - humanos, materiais, financeiros, patrimoniais e outros que porventura venham contribuir para o melhoramento do processo ensino aprendizagem, bem como colaborar, de forma positiva, para que haja uma interação participativa entre os atores que contribuem para a realização do processo.

Para José Carlos Libâneo (2001) a gestão deve ser concebida como

[...] o conjunto de todas as atividades de coordenação e de acompanhamento do trabalho das pessoas, envolvendo o cumprimento das atribuições de cada membro da equipe, a realização do trabalho em equipe, a manutenção do clima de trabalho, a avaliação de desempenho (LIBÂNEO, 2001, p. 349).

Segundo o autor, o processo de gerir envolve todos aqueles que contribuem para o desenvolvimento de um trabalho e, ainda, quando realizado em equipe o clima se ameniza tornando o trabalho mais prazeroso e conseqüentemente sua coordenação mais eficiente.

Outro aspecto relevante levantado foi a compreensão da temática da gestão da educação sob a ótica de tomada de decisão. Neste sentido, Naura Ferreira (2003) aponta:

[...] a gestão da educação, enquanto tomada de decisão, organização, direção e participação, não se reduz e circunscreve na responsabilidade de construção do projeto político pedagógico. A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e fundamentalmente, na sala de aula, onde se objetiva o projeto político pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões e para o estabelecimento de novas políticas (FERREIRA, p. 16).

A autora afirma, então, que a gestão ocorre em todos os ambientes escolares, pois não se constrói um projeto político pedagógico institucional coeso sem que todas as áreas da instituição estejam integradas e trabalhando de forma conjunta visualizando os objetivos institucionais.

Nora Krawczyk (1999), na revista Educação e Sociedade aponta que o

[...] novo modelo de gestão escolar faz questão de propor a construção de instituições autônomas com capacidade de tomar decisões, elaborar projetos institucionais vinculados às necessidades e aos interesses de sua comunidade, administrar de forma adequada os recursos materiais e escolher as estratégias que lhe permitam chegar aos resultados desejados e que, em seguida, serão avaliados pelas autoridades centrais. (KRAWCZYK, 1999, p. 118-119)

Deve-se, então, mencionar que os Institutos Federais, por se constituírem instituições autônomas, agregam todas as atribuições acima referendadas pela autora, pois administram seu próprio orçamento, consoante com o disposto da Lei de Orçamentária Anual e em

detrimento ao plano de metas. Importante ressaltar a existência de recursos financeiros oriundos de repasse do governo com finalidades específicas, que foram aprovados pelo MEC mediante plano de trabalho, bem como a existência de recursos financeiros advindos da arrecadação própria de cada instituição, que compõe todo o orçamento disponível para a manutenção das atividades inerentes ao órgão.

O que dificulta o papel do gestor nessa fase de nova realidade em que são inseridos os Institutos Federais é a falta de interação com a comunidade na busca por interesses comuns, proporcionando que os recursos sejam geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva com o intuito de atingir os propósitos traçados no projeto político pedagógico institucional. Ao gestor do século XXI cumpre o papel de ser, além de um gerenciador, também um empreendedor, assumindo compromissos tanto com a comunidade interna da instituição quanto com a sociedade, isto é, a comunidade externa.

Foi esta a realidade encontrada no cotidiano do câmpus Urutaí do IF Goiano. Por ser uma instituição localizada numa região de pequena população - 3.074 habitantes, conforme dados do Censo/2010, realizado pelo IBGE, é necessário redobrar esforços no sentido de que a entrada de alunos na instituição seja respaldada no critério da qualidade e não apenas para se alcançar o quantitativo mínimo exigido pelo MEC.

Segundo Fernando Dolabela (1999) aborda, em sua obra “O Segredo de Luíza”,

[...] é necessário que os gestores da atualidade tenham um comportamento pró-ativo devendo, pois trabalhar em prol da educação pública brasileira e ainda “aprender a pensar e agir por conta própria, com criatividade, liderança e visão de futuro, para inovar e ocupar o seu espaço no mercado, transformando esse ato também em prazer e emoção (DOLABELA, 1999, p. 12).

No contexto dos IF localizados em pequenos centros – como o câmpus Urutaí, esse comportamento pró-ativo dos gestores apresenta-se como principal componente para se enfrentar os desafios surgidos, de forma a atender as metas impostas pelos órgãos de controle, pelo próprio MEC e pela comunidade, aliando-os ao fornecimento de um ensino de qualidade.

Gestar é, pois, uma atividade empreendedora que merece destaque no atual cenário, dadas as dificuldades vivenciadas pelas instituições de educação principalmente quanto às políticas implantadas na área. Ao gestor cumpre, hoje, o papel de ser também um empreendedor frente aos constantes obstáculos que surgem no atual cenário das instituições que compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica.

Heloísa Lück (2009), aponta a gestão ambientada na mudança de paradigma ocorrida dentro do contexto organizacional do sistema de ensino, como uma expressão que ganhou corpo.

Em linhas gerais, é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos (LÜCK, 2009, p. 3).

Conforme retrata a autora, o conceito de gestão está diretamente associado à democratização da escola e destaca o empenho que os gestores realizam no sentido de buscar a participação de todos e juntos assumir o compromisso pela qualidade do ensino.

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados) (LÜCK, 2006, p. 35-36).

A gestão educacional segundo a autora deve estar pautada no compromisso do desenvolvimento de um projeto político pedagógico que represente uma gama de ações transformadoras dentro da escola por se apresentar com foco no trabalho coletivo, dinâmico e participativo, onde haja mais controle e transparência dos trabalhos realizados no âmbito da escola. Nesse sentido, Lück (2000) aponta que o conceito de gestão

[...] ultrapassa o de administração escolar, por abranger uma série de concepções não abarcadas por este outro, podendo-se citar a democratização do processo de construção social da escola e realização de seu trabalho, mediante a organização de seu projeto político-pedagógico, o compartilhamento do poder realizado pela tomada de decisão de forma coletiva, a compreensão da questão dinâmica e conflitiva e contraditória das relações interpessoais da organização, o entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial de liderança e articulação, a compreensão de que a mudança de processos educacionais envolve mudanças nas relações sociais praticadas na escola e nos sistemas de ensino (LÜCK, 2000, p. 16).

Assim, a modernização e a profissionalização da gestão da escola pública brasileira diante dos novos desafios encontrados com a implantação de novos procedimentos administrativos, requer uma mudança de paradigma dos gestores que devem, segundo a autora, estar articulados com toda sua equipe, compartilhando saberes e buscando conhecimentos que propiciem uma melhor adequação acerca das práticas voltadas para a construção social da escola. Assim, deveria haver mais democracia e participação social na instituição.

Importante também mencionar a descoberta dos novos modelos de Gestão, visando à identificação dos Indicadores de Desempenho que deverão ser aplicados na Avaliação da Instituição que apresente maior eficiência e eficácia, desde que adequadamente adaptado às particularidades e cultura dos atores que integram a instituição de modo a permitir o desenvolvimento das pessoas para que se possa melhor atender, de maneira inovadora, às necessidades primordiais ditadas pelos desafios da sobrevivência, da qualidade e da competitividade existente na área de educação.

José Carlos Libâneo (2004) afirma que as competências necessárias especificamente para participar da gestão da escola dentro da concepção democrático-participativa são que os profissionais da educação precisam desenvolver práticas e competências profissionais específicas, colocando-se em ação os conhecimentos adquiridos para contribuir com a gestão. O autor afirma, também, que a "avaliação diz respeito a um conjunto de ações voltadas para o estudo sistemático de um fenômeno, uma situação, um processo, um evento, uma pessoa visando a emitir um juízo de valor" (LIBÂNEO, 2004, p. 235).

Observa-se, ainda, que a avaliação proposta por Libâneo (2004), além de demonstrar aspectos de uma gestão democrática, apresenta uma perspectiva baseada no processo de socialização do conhecimento e dentro de uma concepção que objetive a transformação da educação brasileira.

A avaliação pode ser visualizada como forma de se buscar a qualidade. É o que retrata Célia Maria Ribeiro (2000), observando-a como instrumento de medição da qualidade, uma vez que ela

[...] é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade. Para a faculdade, instituição cuja razão de ser encontra-se na prestação de serviços de qualidade à sociedade, busca sempre a excelência na produção, sistematização e democratização do saber. O propósito da avaliação institucional deve ser o de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos (RIBEIRO, 2000, p. 15).

Assim, pode-se afirmar que a Avaliação merece um papel de destaque na gestão, pois ela conduz o indivíduo ao próprio desenvolvimento. Segundo outra linha de pesquisadores na área, a avaliação pode ser visualizada dentro do contexto da determinação do valor, não de forma aleatória, mas de acordo com critérios apropriados, seguindo uma metodologia que seja capaz de justificar as opções e os resultados obtidos segundo os interesses da sociedade e do público interno, com o intuito de usar essa ferramenta como instrumento de democratização das tomadas de decisões. Sobre este aspecto Ernest House (apud DIAS SOBRINHO, 2003), defende que

A avaliação se define normalmente como a determinação do valor de algo; em nosso caso, dos programas, políticas e pessoal educacionais, julgados de acordo com os critérios apropriados que hão de ser, por sua vez, explicados e justificados. No melhor dos casos, a avaliação dos programas sociais e educacionais aspira a ser uma instituição para a democratização das decisões públicas, tornando possível que os programas e as políticas estejam mais abertos ao escrutínio e à deliberação públicos. Neste sentido, a avaliação deveria servir aos interesses não só dos patrocinadores, senão também da sociedade nos diferentes grupos que compreende. Porém, obviamente, a avaliação nem sempre cumpriu estas nobres aspirações (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 48).

Evidencia-se, ainda, que a avaliação pode também ser vista como um sistema de valores que não deve ser neutro, pois é considerada como um elemento de grande relevância para a sociedade por expressar os novos rumos de uma instituição. A avaliação reflete concepção e valores sobre o homem, a sociedade e as organizações. .

Alguns autores se manifestaram a esse respeito, dentre os quais, cita-se Ristoff (2008):

A palavra avaliação contém a palavra 'valor' e, por isso mesmo, não pode fugir dessa concepção valorativa. Quando dizemos que avaliar tem a função de (a) firmar valores, estamos dizendo também que negamos a suposta neutralidade do instrumento no processo de avaliação para admitir que eles sejam sempre resultados de uma concepção impregnada de valores, sejam eles científicos-técnicos, didáticos-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos, ou outro (RISTOFF, 2008, p. 46).

Ainda, sobre a avaliação ser visualizada como juízo de valor, porém com recorrência qualitativa ou quantitativa acerca de uma mudança positiva do objeto, Adriane Cavalieri, Diana Macedo-Soares e Michel Thiollent (2004) descrevem:

No ensino superior, a avaliação envolve juízos de valor, interesses políticos e necessidades sociais, visto que se trata de um processo que recorre à orientação qualitativa ou quantitativa sobre o que é necessário à mudança ou melhoria do objeto. Consequentemente, é estabelecida uma comparação desse objeto com o parâmetro desejável, previamente determinado pelas “partes interessadas”. (CAVALIERI; MACEDO-SOARES; THIOLLENT, 2004, p. 28).

Outro ponto importante a ser considerado dentro do contexto avaliativo é a participação dos agentes nas instituições, uma vez que eles atuam no conjunto social, de acordo com as hierarquias de poder e saber, códigos comuns e limites institucionais (DIAS SOBRINHO, 2000).

Ainda sobre este prisma, Dias Sobrinho (2000), aponta que os “agentes não são todos iguais quanto à sua função institucional e quanto a seu modo de pensar a avaliação” (DIAS SOBRINHO 2000, p. 115). Percebe-se que existe uma forte relação entre o desenvolvimento dos indivíduos que participam do processo, uma vez que há primeiro, o desenvolvimento pessoal e posteriormente o desenvolvimento institucional.

A avaliação é um instrumento social, político e econômico que contribui para a promoção de mudanças dentro do contexto organizacional Belloni (2000) argumenta: “Os sujeitos sociais sejam sujeitos do processo de mudança, o saber científico e o popular, o universal e o regional, são produtos da humanidade e é princípio democrático fundamental que todos tenham pleno acesso a ele.” (BELLONI, 2000, p. 39). Portanto, é possível identificar que a função social da avaliação deve ser visualizada dentro de uma sistemática capaz de transformar a escola dos tempos modernos estando voltada para a democratização do conhecimento e no comprometimento da educação para com a sociedade.

Sobre a perspectiva da avaliação institucional se configurar como um instrumento de demonstração de resultados para a sociedade, inclusive, para favorecer a gestão nos processos decisórios no cotidiano da escola, Raquel Sanches e Hélia Sônia Raphel afirmam:

A Avaliação Institucional é, por sua essência, um processo global no qual se revisa o que foi planejado e se constrói, continuamente, a IES, mediante processo de autoconhecimento. Nessa análise contínua, deve-se considerar principalmente a missão da instituição e o contexto em que está inserida, bem como sua trajetória histórica. Não é um processo que, isolado resolva todos os problemas da instituição, mas que contribui para a sinalização dos mesmos e a efetiva reflexão sobre as alternativas mais eficazes. (SANCHES; RAPHEL, 2006, p. 108)

Assim, a avaliação institucional deve ser visualizada dentro de uma nova cultura onde seja necessário compreender que é uma ferramenta imprescindível para auxiliar os sujeitos envolvidos na construção de políticas pedagógicas e institucionais mais eficientes e eficazes.

Também se evidencia que a avaliação seja capaz de contribuir na busca por emancipações institucionais e pessoais, bem como por favorecer os gestores no desenvolvimento de ações que possam desencadear um ensino de mais qualidade pautado na integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, a instituição deve se pautar nos objetivos e metas traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto

Pedagógico Institucional, para que haja coerência e transparência e conseqüentemente uma gestão democrática e participativa.

Segundo Cavalieri; Macedo-Soares; Thiollent (2004) a Avaliação Institucional

[...] é um mecanismo de fornecimento de informações para as mudanças, além de contribuir para o estabelecimento de um rumo coerente com os propósitos e necessidades específicos de cada universidade. [...] uma ferramenta necessária à reorientação estratégica das universidades e à condução da melhoria do seu ensino, pesquisa e administração. (CAVALIERI; MACEDO-SOARES; THIOLLENT, 2004, p. 20)

A avaliação institucional denota uma clareza no que tange ao propósito social a que se propõe o ensino público no país, contudo, as ações devem estar articuladas dentro de um contexto educacional onde haja minimização dos problemas diagnosticados durante o processo avaliativo, conforme retratam os autores: “Entendemos que a avaliação deverá buscar a compreensão do contexto do objeto, de suas razões, suas justificativas, suas consequências e das atitudes que devem ser tomadas para minimizar ou mesmo eliminar o problema diagnosticado.” (CAVALIERI; MACEDO-SOARES; THIOLLENT, 2004, p. 31).

Também, neste sentido, Dias Sobrinho (2008) retrata:

A exigência da avaliação tem crescido na mesma proporção em que aumenta a crise das universidades, em grande parte em virtude das dificuldades orçamentárias e da sua crescente incapacidade de responder satisfatoriamente às múltiplas, complexas e até mesmo contraditórias demandas que lhe são cumulativamente postas. (DIAS SOBRINHO 2008, p. 54)

Então, de forma ampla, dentro do cenário educacional brasileiro, a avaliação pode e deve ser visualizada sob inúmeros aspectos, porém as pessoas em geral envolvidas num único parâmetro: o alcance dos objetivos institucionais.

A avaliação não é pois um fim em si mesmo, mas um meio de tornar possível, através de um monitoramento constante do desempenho, primeiro, o alcance dos objetivos propostos da forma mais econômica, eficiente, e eficaz possível e de modo a atender de forma satisfatória as demandas da sociedade e, segundo a própria retomada ou redirecionamento dos objetivos quando se percebe que estes foram ou descaracterizados pela rotina ou por exigências contextuais de diversas naturezas. (RISTOFF, 1999, p. 104)

Denota-se que através da avaliação é possível ter um diagnóstico da situação em que se encontra a instituição para então poder redirecionar as metas propostas para o alcance dos objetivos, visando alcançar a missão institucional.

Já sobre a relevância do processo avaliativo para a sociedade, Nádía Souza (2002) afirma:

O processo avaliativo deveria ser encarado como um processo de crescimento e aperfeiçoamento do homem e das instituições, com vistas à construção do conhecimento, a transformação social e aos processos de democratização da sociedade. A avaliação não possui uma dimensão apenas pedagógica, mas também social, ideológica, gestonária, devendo então,

contribuir na definição de políticas públicas educativas contemporâneas. (SOUZA, 2002, p. 01)

Nesse tocante, a avaliação tem sua importância antes mesmo da proposição legal pelo governo. Ela “deve, assim, ser ampla, global, e se iniciar pela universidade enquanto instituição: cada universidade tem um perfil, uma história, tornando-se também necessário analisar o processo decisório e avaliar o desempenho acadêmico, de forma explícita, clara e legítima”. (SOUZA, 2002, p. 01). Importante registrar que a função da educação superior é produzir conhecimento, seja ele por meio do ensino, pesquisa e extensão, porém é necessário que ocorra de forma democrática. Portanto, é imprescindível que a avaliação, dentro das universidades e/ou instituição que ofertam a educação superior, seja abordada de maneira tal sistemática e contínua e que estenda à comunidade acadêmica para que todos tomem conhecimento da real situação da escola que fazem parte para que se possa, de forma mais inovadora transformar os desafios em oportunidades e com isso oferecer à sociedade um aluno mais “antenado” com o mundo moderno e mais atuante na prática.

Segundo Sousa (2010) a categorização de avaliação está relacionada a três conceitos: o objetivismo, o subjetivismo e a relação indivíduo-sociedade, onde é possível destacar que o objetivismo retratado pela autora se refere a ciência realizada por meio de fatos objetivos, isto é a fatos que podem ser observados, medidos e palpados, assim a objetividade se colocava de certo modo onde não havia a intervenção do avaliador para não haver interferência nos resultados da pesquisa. O que denota que o caráter objetivo pressupõe de forma equivocada a fragmentação da realidade onde a totalidade pode ser visualizada por partes e se somadas estas partes será então possível enxergar o todo. Mas, sabemos que o todo é muito mais do que soma de partes isoladas.

Contrapondo a esta visão, Sousa (2010) expressa que no subjetivismo as partes revelam o conhecimento dos sujeitos, quando eles apresentam suas experiências e seus valores, por meio da apresentação de suas habilidades, ou seja, é possível identificar aspectos afetivos e emocionais que podem interferir na aprendizagem. Neste prisma predomina a subjetividade no processo educacional e um enfoque muito mais psicológico.

Na relação indivíduo-sociedade dentro do contexto de avaliação, Sousa (2010) apresenta esta concepção como mais adequada ao processo democrático, pois faculta ao avaliador, primeiramente, conhecer a realidade social através da identificação acerca dos conflitos de interesses existentes nas relações sociais, permitindo a superação a nível descritivo para então haver probabilidade de captação de contradições existentes e por fim abram novos rumos para que mudanças ocorram dentro do cenário que estão vivenciado. Portanto, segundo a autora anteriormente citada, esta concepção é mais dialógica e participativa.

Ao relacionar a autoavaliação do câmpus Urutaí com os conceitos propostos por Sousa (2010): objetivismo, subjetivismo e relação indivíduo-sociedade, tornou-se o processo mais compreensível. Observou-se na pesquisa de campo, uma influência o objetivismo nas ações desenvolvidas, uma vez que o processo avaliativo no IF Goiano em geral, foi pautado em princípios da objetividade e em ações que privilegiavam aspectos quantitativos.

No tocante à abordagem subjetivista, conforme retrata Sousa (2010), existe a predileção pelo caráter subjetivo das questões a serem abordadas, ou seja, o avaliador passa a ser não somente um quantificador na sua função, mas também um sujeito com habilidades para captar aquilo que está subjetivo, trata-se da produção do conhecimento por meio de experiências adquiridas através da compreensão do todo.

Porém, somente após o conceito de uma análise conjuntural acerca da relação indivíduo – sociedade, também traçado por Sousa (2010), é que foi desencadeada a percepção de uma análise que abordasse, numa dimensão histórica, a necessidade de conhecer a

realidade social, os conflitos vivenciados no cotidiano das instituições e especialmente compreender o comportamento humano, através do conhecimento de si mesmo para então conceber que mudanças são necessárias, desde que seja fixada qual sua finalidade e que estas sejam integradas com os projetos pretendidos e articuladas para o auxílio de práticas pedagógicas existentes.

Enfim, a relação indivíduo-sociedade implica que o indivíduo conheça sua própria realidade, detenha o conhecimento para compreender os elementos que perpassam no universo escolar de modo a emitir opinião formada e contribuir para o sucesso do processo avaliativo.

Observa-se, entretanto, que estas concepções teóricas podem retratar a realidade da identidade institucional e a diversidade nas instituições, bem como contribuir para uma educação de mais qualidade, pautada numa ideologia de que é necessário haver um processo avaliativo participativo para que melhores ações sejam advindas numa dinâmica mais proativa e que possam auxiliar os gestores em suas tomadas de decisões.

No tocante a autoavaliação ou avaliação interna é possível argumentar que deveria ser um processo contínuo onde a instituição buscasse se autoconhecer visualizando o aperfeiçoamento acadêmico, cujo objetivo era a melhora da qualidade educativa e o alcance de sua relevância social.

Segundo a CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (2004) a autoavaliação ou avaliação interna é um processo onde a própria instituição faz uma análise interna sobre o que é, como se procede a sua organização e administração, visando uma constante busca por informações imprescindíveis para uma análise mais global da instituição e de sua missão.

Para uma melhor compreensão sobre a CONAES, importante nesse momento registrar quais são suas atribuições:

I – Propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;

II – Estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

III - Formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;

IV – Articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;

V – Submeter anualmente à aprovação do MEC a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;

VI – Elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato pelo Ministro de Estado da Educação; e

VII – Realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocados pelo Ministro de Estado da Educação.

Porém, ainda conforme a CONAES (2004), para que o processo de autoavaliação obtenha resultados positivos é preciso seguir os seguintes requisitos: existência de uma equipe de coordenação, participação da comunidade interna, compromisso dos dirigentes, metodologia condizente, informações válidas e confiáveis e divulgação e aplicação dos resultados.

A autoavaliação, segundo o SINAES, deve ser entendida como um processo criativo e inovador acerca das dimensões que definem a instituição. Então a autoavaliação deve ser realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA de cada instituição de ensino superior, seguindo as “Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior” e, também, seguindo o Roteiro de Autoavaliação Institucional, desenvolvido pela CONAES. Por fim,

cabe então à CPA a responsabilidade pela publicidade e divulgação dos resultados oriundos do processo de autoavaliação.

6 CAPÍTULO III

HISTÓRICO E IMPLANTAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E IMPLANTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IF GOIANO

Para evidenciar de forma mais clara os objetivos propostos neste estudo cabe primeiramente ressaltar o histórico da rede federal de educação profissional e tecnológica:

A história da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica começou em 1909 quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica (Cefets).

Tida no seu início como instrumento de política voltado para as 'classes desprovidas', a rede federal se configura hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Foi na década de 1980 que um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços. Para atender a essa demanda, as instituições de educação profissional vêm buscando diversificar programas e cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta.

Cobrindo todo o território nacional, a rede federal presta um serviço à nação ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. (BRASIL, 2010, p 1)

A rede federal de educação profissional, já centenária, está se reestruturando e tem como objetivo prestar serviços para atender as classes menos favorecidas, no que tange ao oferecimento de um ensino de qualidade nas áreas científicas e tecnológicas. Para tanto, é importante relatar as transformações ocorridas no âmbito da rede federal de educação profissional e tecnológica desde a sua criação. Segundo dados do MEC (2010), destacou-se como pressupostos históricos na área:

- ✓ Em 23 de setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha assinou o Decreto 7.566 criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, as quais eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e comércio.
- ✓ Em 1927, o Projeto de Fidélio Reis, que previa a oferta obrigatória do ensino profissional no país foi sancionado pelo Congresso Nacional.
- ✓ Em 1930, por meio da Inspeção do Ensino Profissional Técnico as Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser supervisionadas pela respectiva Inspeção que era subordinada ao recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública.
- ✓ Em 1937, após a promulgação da Constituição Brasileira que trouxe em seu texto o Ensino Técnico, Profissional e Industrial, foi editada a Lei 378 que transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais para que ofertassem o ensino profissional.
- ✓ Em 1941, o ensino no país passou a ser remodelado com a promulgação de inúmeras Leis chamadas “Reforma Capanema”, onde foram abordados os seguintes tópicos:
 - O ensino profissional começa a ser considerado como ensino médio;

- Começa a vigorar o exame de admissão como forma de ingresso nas escolas industriais;
- Os cursos ofertados passaram a ser divididos em dois níveis: curso básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria e, curso técnico industrial.
- ✓ Em 1942, os Liceus Industriais, com a publicação do Decreto 4.127 de 25 de fevereiro, foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas com oferta do nível secundário.
- ✓ Em 1944, após a segunda guerra mundial, a industrialização brasileira, começou a ser desenvolvida devido a participação da Força Expedicionária Brasileira, bem como devido aos empréstimos financeiros dos Estados Unidos ao Governo Getúlio Vargas.
- ✓ No período de 1956 a 1961, a relação entre o estado e a economia, foi efetivamente marcada no governo de Juscelino Kubitschek, onde objetivou-se formar profissionais para trabalhar no desenvolvimento do país.
- ✓ Em 1959, houve um marco histórico, as Escolas Industriais e Técnicas se transformaram em autarquias intituladas Escolas Técnicas Federais.
- ✓ Em 1961, foi promulgada a Lei 4.024 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação em âmbito Nacional, equiparando o ensino profissional ao acadêmico, trazendo mudanças na política de educação profissional.
- ✓ Em 1967, por meio do Decreto 60.731, as Fazendas Modelos do Ministério da Agricultura foram transferidas para o Ministério da Educação e Cultura, passando a ser denominadas como escolas agrícolas.
- ✓ Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de forma imprescindível, tornou o ensino técnico-profissional, estabelecendo um novo paradigma: formar técnicos com urgência.
- ✓ Em 1978, com a publicação da Lei 6545 as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica.
- ✓ O período de 1980 a 1990 foi considerado como de grandes transformações no cenário econômico do país. Então a tecnologia começou a ser associada como uma nova configuração para os processos de produção.
- ✓ Em 1994, com a publicação da Lei 8.948 foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que começou de forma gradativa a transformar outras Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais também em Centro Federal de Educação Tecnológica.
- ✓ Em 1996, com a edição da Lei 9.394 foi editado a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, que tinha um capítulo próprio sobre a Educação Profissional.
- ✓ Em 1997, com a publicação do Decreto 2.208 foi regulamentada a Educação Profissional e foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional.
- ✓ Em 1999, mais Escolas Agrotécnicas Federais foram transformadas em Centro Federal de Educação Profissional.
- ✓ Em 2004, o Decreto 5.154 permitiu a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.
- ✓ Em 2005, com a Lei 11.195 foi instituído a expansão da oferta da Educação Profissional, porém de forma, preferencialmente em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, Setor Produtivo ou Organizações não Governamentais e, foi lançado novo Plano de Expansão da Rede Federal, com a construção de 60 novas escolas. E, ainda esta mesma Lei transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

- ✓ Em 2006, foi publicado o Decreto 5.773 que tratava das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Também, foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. E, também foi lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
- ✓ Em 2007, foi lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal com a criação de mais 354 escolas.
- ✓ Em 29 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, agregando diversas autarquias.
- ✓ Em 2009 foi comemorado o centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. (Fonte: Brasil, MEC, 2010).

As transformações ocorridas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica marcaram então o centenário de uma história em que vários foram os atores que contribuíram para uma mudança no cenário, inclusive em observância à situação político econômica pela qual perpassava a Educação em cada período acima explicitado. Assim, parece possível afirmar que a proposta do Instituto era solidificar a Rede Federal de Educação, então centenária, bem como a possibilidade da expansão atingir as regiões menos favorecidas de escolas, bem como a junção de conhecimentos tecnológicos das regiões em que estaria sendo criado cada instituto federal com a possibilidade de oferta do sistema regular de educação no país.

Nesse sentido, a proposta dos Institutos, segundo Silva; et al (2009):

[...] entende a educação como um instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto de experiência humana. É nesse sentido que deve ser pensado segundo as exigências do mundo atual, concorrendo para alterar positivamente a realidade brasileira. Os institutos devem possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo as competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando-as com àqueles presentes nos currículos formais. (SILVA; et al, 2009, p. 10).

Pelo texto acima parece que o MEC, por meio da SETEC, pretendia que os Institutos fossem criados o mais próximo da realidade, em que estavam inseridos, bem como tivessem sua importância revelada mediante as possibilidades de ministrarem cursos em consonância com o cenário regional. O artigo 6º da Lei 11.892/2008 apresenta as finalidades e as características dos Institutos Federais:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais,

identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2009, p. 2).

No contexto atual, a educação profissional brasileira é concebida de forma integrada com o trabalho, pois essa modalidade de ensino possibilita o desenvolvimento do ensino regular por meio da educação continuada e, em observância às necessidades vivenciadas dentro do contexto regional e ao sistema produtivo, haja vista a capacidade de articulação entre o ensino técnico e o regular, e como sequência o ensino superior, em detrimento das exigências tecnológicas propostas pelo mundo contemporâneo.

Evidencia-se, então, como ocorreu a implantação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na Região Centro-Oeste.

A Implantação da Rede na Região Centro-Oeste

Com a publicação da Lei 11.892/2008 ocorreu o marco histórico que implantou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em todo país, no sistema multicampi que ministram diversos cursos nas modalidades: médios, técnicos e Educação de Jovens e Adultos - EJA (nos Institutos Federais denominado de Programa Nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA) e diversos superiores de: tecnologia, licenciaturas, engenharias, especialização em nível de *lato sensu e stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Neste contexto, foi situado o cenário da Região Centro-Oeste, que é a região que abarca o Instituto Federal Goiano – câmpus Urutaí, objeto deste estudo. Conforme consta na Lei 11.892/2008, foi constatado a implantação de 4 (quatro) Institutos, sendo 1 (um) no Mato Grosso do Sul, 1 (um) no Mato Grosso e 2 (dois) em Goiás sendo um oriundo da então antiga Escola Técnica Federal de Goiás e suas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED's e outro oriundo da área agrícola que unificou três antigas autarquias: a Escola Agrotécnica Federal de Ceres, o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Rio Verde – CEFET - Rio Verde e o **Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Urutaí – CEFET – Urutaí**, juntamente com sua UNED de Morrinhos. O IF Goiano câmpus Urutaí oferece o ensino superior, desde o ano de 1999, quando ainda era denominado “Escola Agrotécnica Federal de Urutaí” e, somente em 16 de agosto de 2002, por meio de um Decreto sem número, é que a instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Urutaí. A partir de então outros cursos superiores de tecnologia foram surgindo na instituição, sendo que vários deles já sofreram avaliação pelo MEC para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos mesmos. Então, oficialmente a

denominação do Instituto Federal Goiano ocorreu de fato, consoante o disposto no artigo no inciso XI, do artigo 5º da Lei 11.892/2008, mediante a integração dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres.

A Formação da Reitoria do IF Goiano

Visualiza-se, então pela publicação da Lei 11.892/2008, que o IF Goiano surgiu com a unificação de 3 (três) antigas autarquias: CEFET - Urutaí, juntamente com sua UNED de Morrinhos, CEFET- Rio Verde e EAF Ceres. Diante da perspectiva de haver 3 (três) possíveis candidatos para assumir a reitoria do IF Goiano, uma vez que os então Diretores Gerais dessas antigas autarquias eram elegíveis, o Ministro da Educação nomeou por meio da Portaria nº 29 de 07 de janeiro de 2009, publicada no DOU de 08 de janeiro de 2009, seção 2, página 11, como Reitor *Pró-tempore*, o Diretor Geral do antigo CEFET- Urutaí, que havia sido eleito por consulta à comunidade escolar, em 23 de outubro de 2007, com mandato para 4 (quatro) anos, ou seja, de janeiro/2008 a dezembro/2011, ficando assim determinado, no ato de sua nomeação que o mesmo dirigiria o IF Goiano até dezembro/2011, ou seja, até que expirasse o prazo de seu mandato como Diretor Geral do antigo CEFET- Urutaí, hoje câmpus do IF Goiano. O que foi aceito de comum acordo por todos os diretores que integravam a instituição à época.

Quanto às pró-reitorias, pondera-se que foram montadas de acordo com os interesses e conveniência de cada câmpus, com destaque para a representação de todas as antigas autarquias da UNED de Morrinhos, dentro da reitoria. No que tange às demais diretorias e coordenações, estas foram criadas na medida em que havia disponibilidade financeira, orçamentária e de recursos humanos para as devidas instalações. Cumpre ressaltar que a reitoria do Instituto Federal Goiano foi instalada na Capital do Estado de Goiás, por ser a cidade do estado que melhor se adequava para atendimento das necessidades ditadas pelo Ministério da Educação para implantação dos institutos. Como não havia câmpus instalado, esse ato representou um gasto considerável para o governo federal - edificações prediais, gastos com ajuda de custo, auxílio transporte e auxílio moradia pagos aos servidores cedidos para compor o quadro da reitoria, conforme demonstrado nos Relatórios Anuais de Prestação de Contas do IF Goiano, referente aos exercícios de 2009 e 2010 (disponíveis no sítio oficial da instituição), ou seja, durante o período em que ocorreu o processo de implantação da reitoria do IF Goiano. No início, os servidores ficaram um pouco receosos em assumir responsabilidades dentro da reitoria devido às incertezas proporcionadas naquele momento de consolidação de uma nova estrutura na área da educação profissional e tecnológica.

A estrutura existente no âmbito do IF Goiano, foi implementada por meio de Estatuto aprovado pelo Conselho Superior ³, a qual menciona os seguintes tópicos: da natureza, finalidades e objetivos, da organização administrativa, dos órgãos colegiados, da reitoria, do gabinete, das pró-reitorias, das diretorias sistêmicas, da auditoria interna, da procuradoria jurídica, dos câmpus, do ensino, da extensão, da pesquisa, do corpo discente, do corpo docente, da lotação e movimentação pessoal e do registro de diplomas, certificados e títulos. No nível de Diretorias Sistêmicas, não houve um detalhamento, visto que o Regimento Interno da Reitoria e conseqüentemente o organograma que se encontrava em fase de estudo para implantação e submissão à comunidade escolar e ao conselho superior, iriam delimitar as atribuições dos ocupantes de cargo de diretoria e dos demais cargos que porventura venham integrar a instituição.

³ Resolução nº 1 de 19/08/2009, que aprovou o Estatuto do IF Goiano, publicada no D.O.U. de 24/08/2009, seção 1, p. 22-23.

Importante registrar que o IF Goiano câmpus Urutaí oferece, em 2012, diferentes níveis e modalidades de ensino em consonância com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e com a Lei nº 11.892/08. Em nível de educação superior oferta cursos superiores de Tecnologia (Alimentos, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão Ambiental e Irrigação e Drenagem). Estes cursos visam à formação de profissionais para atender diversos setores da economia. Cursos de Licenciatura (Matemática, Química e Biologia) com vistas na formação de professores afim de atender a educação básica da região. Cursos de Bacharelado e Engenharia (Agronomia e Engenharia Agrícola), visando à formação de profissionais para atender diversos setores da economia e do conhecimento.

Além disso, ministra educação profissional técnica de nível médio, sobretudo, na forma de cursos integrados ao ensino médio (Administração, Informática e Agropecuária). Nesse nível ministra também cursos na modalidade concomitante/subseqüente para aqueles que já concluíram ou estão cursando o ensino médio (Agropecuária e Redes). Além da oferta de cursos para o público da educação de jovens e adultos – PROEJA, nas áreas de Informática e Alimentos.

Dos níveis e modalidade explicitados, e em função da criação dos Institutos Federais, o câmpus Urutaí passou a ofertar licenciaturas, a fim de cumprir o estabelecido, na Lei nº 11.892/2008, que estabelece 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender aos cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica.

No âmbito das políticas públicas voltadas para a educação é possível observar que o IF Goiano integra o sistema educacional de ensino no país e que com a publicação da Lei 11.892/2008, este passou a ser visualizado, no que tange ao processo avaliativo, pelas mesmas instâncias regulatórias e de controle que as universidades brasileiras.

Diante deste contexto, vislumbrava-se mais um desafio para a rede federal de educação profissional e tecnológica: a avaliação da educação superior no país, através do SINES seria estendida para avaliar, a partir de agora, os institutos federais que trabalham com diferentes níveis e modalidades de ensino, além da pesquisa e extensão. Por isso, propôs-se a delimitação do objeto desse estudo, abordando a avaliação apenas no âmbito da educação superior no câmpus Urutaí.

Neste sentido é importante mencionar que a avaliação institucional do Câmpus Urutaí encontra-se explicitada no item 9 (nove) do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2009-2013), que estabelece:

O IFGoiano compreende a avaliação institucional como uma ferramenta fundamental para o aprimoramento das práticas de gestão e pedagógicas, uma vez que apresenta um caráter eminentemente educativo, contributivo para os mecanismos de estreitamento das relações com a sociedade. Só com a avaliação é possível mensurar os impactos das ações intencionais da instituição, corrigir rumos e amplificar metas. Dessa forma, o IFGoiano reconhece a importância da autoavaliação institucional na melhoria da qualidade da educação, no aumento da eficácia institucional e no seu papel norteador para a expansão da oferta, aprofundando o compromisso da instituição e suas responsabilidades sociais.
(BRASIL, 2009, p. 68).

A avaliação institucional revela sua importância por ser um instrumento educativo e administrativo, voltado para auxiliar nas atividades inerentes tanto à gestão como ao ensino, bem como por ser um mecanismo facilitador da medição de qualidade devido ao diagnóstico levantado, com os apontamentos pelos segmentos docentes, discentes e técnicos administrativos acerca dos problemas existentes. Ainda, auxilia aos gestores, possibilitando a

verificação do alcance dos objetivos institucionais, evidenciando então, o compromisso da instituição para com a comunidade interna e com a sociedade de uma forma geral.

7 CAPÍTULO IV

EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL APLICADOS NO IF GOIANO CÂMPUS URUTAÍ.

As experiências com autoavaliação no âmbito do IF Goiano câmpus Urutaí se iniciaram em 2006, quando a instituição ainda era denominada Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Urutaí – CEFET Urutaí. À época, a composição da Comissão Própria de Avaliação - CPA contou com representantes das categorias docentes, técnicos administrativos, discentes e membros da comunidade externa, conforme consta na portaria nº 094, de 30 de julho de 2004, exarada pelo diretor geral, e publicada no boletim de serviço nº 07/2004. (Apêndice A)

Então, em fevereiro de 2006 foi editado **o primeiro relatório de autoavaliação**, referente aos exercícios de 2004 e 2005, que se iniciou contextualizando o antigo CEFET Urutaí. Destaca-se que a metodologia utilizada foi a aplicação de um questionário estruturado a todos os servidores da instituição e aos alunos matriculados nos cursos superiores e foram realizadas análises conjunturais acerca de cada uma das dez dimensões propostas pelo SINAES.

Destaca-se, ainda, que ao final de cada questão aplicada e transposta para o relatório foi feito um comentário abordando o assunto e fazendo um *link* entre ele e sua aplicação na instituição, ou seja, as análises foram realizadas com certo nível de especificidade, pelos membros da CPA, porém após a conclusão dos dados não houve uma análise que abarcasse a instituição em sua totalidade e a divulgação dos resultados foi realizada, porém não foi encontrado nenhum contingenciamento, elaborado pela CPA em conjunto com os gestores, para que ações fossem implementadas a partir dos resultados obtidos.

Importante ressaltar que para uma primeira experiência, apesar da instituição, à época, não ter ainda seu organograma devidamente aprovado (diferenciando as atribuições dos responsáveis pelo ensino superior e pelo ensino técnico), a CPA pautou suas ações baseando-se na realidade vivenciada naquele momento para que pudesse, ao mesmo tempo, cumprir os ditames traçados pela Lei do SINAES e delimitar as questões que abordassem na íntegra somente o ensino superior.

Outro ponto relevante nesta primeira experiência foi a interação entre os membros da CPA e a apresentação dessa nova modalidade de avaliação institucional à comunidade interna, com intuito de que os próximos processo de autoavaliação pudessem ser melhorados, inclusive seus resultados pudessem ser mais bem utilizados após discussão entre os pares.

Ainda como CEFET Urutaí foi elaborado, em 2008, **o segundo relatório de autoavaliação da instituição**, com base nos dados dos exercícios de 2006 e 2007, sob a responsabilidade da CPA instituída pela portaria nº 151/2008 (Apêndice B).

Esse relatório foi realizado segundo a metodologia: aplicação de questionário estruturado, entrevista com a equipe gestora, análise de documentos institucionais e de dados quantitativos fornecidos pelos setores administrativos da instituição. Os trabalhos foram realizados por meio da sensibilização⁴ dos envolvidos através da divulgação no sítio da instituição e de esclarecimentos pelos membros da CPA, acerca da importância do processo de autoavaliação para a instituição.

⁴ Segundo Houaiss e Villar, Sensibilizar é tornar (-se) sensível; comover (-se); emocionar; tornar-se emocionalmente consciente e compreensivo (HOUAISS e VILLAR, 2001, p. 481)

O questionário semiestruturado abordando as dez dimensões propostas pelo SINAES foi aplicado a todos os seguimentos internos da instituição: docentes dos cursos superiores, discentes e técnicos administrativos. Em sequência foi também realizada entrevista com os gestores e coleta de documentos e de dados financeiros, junto ao departamento de administração da instituição. Posteriormente, houve a distribuição de tarefas entre os membros da CPA para tabulação dos dados e construção do relatório.

Os resultados obtidos foram disseminados na instituição por meio de um seminário, sendo convidados a participar todos os discentes dos cursos superiores, docentes e técnicos administrativos. Em virtude da convocação não apresentar caráter obrigatório, a adesão das partes do processo foi mínima. Conforme consta no relatório, com o aferimento dos resultados houve um amadurecimento e uma conscientização da comunidade, então, presente no seminário.

Destacou-se, neste momento, que o objetivo do processo de autoavaliação não era simplesmente o cumprimento de uma obrigatoriedade trazida pela legislação, mas que o propósito era de proporcionar uma melhora da instituição, uma vez que se obteve a sensibilidade de discutir os pontos positivos apontados e oportunizar o estudo e debates sobre os pontos negativos junto aos interessados.

Entretanto, uma fragilidade comum encontrada na avaliação foi a comunicação interna da instituição que, conforme consta no relatório de autoavaliação, deveria ser objeto de estudo e foco de atenção para a instituição, para que políticas fossem criadas no sentido de melhorar os canais internos de comunicação facilitando, dessa forma, o envolvimento de todos nos projetos políticos pedagógicos, bem como sua efetiva participação nos demais processos realizados no âmbito da instituição. Isso demonstrou que, por mais forte que fossem os esforços relacionados a identificar o trajeto das políticas implementadas, uma ação mais efetiva e eficaz esbarra na falta de mecanismos que maximizem a comunicação interna.

Ao se transformar em um dos câmpus do IF Goiano, elaborou-se novo relatório de **autoavaliação, em março de 2010, abrangendo os exercícios de 2008 e 2009**. Da mesma forma, a CPA que atuou na elaboração desse relatório, também teve a participação dos seguintes segmentos: docentes, técnicos administrativos, discentes e membros da comunidade externa, ambos designados por meio da portaria nº 299 de 04/12/2008, exarada pelo diretor geral. (Apêndice C)

Conforme consta no Relatório de autoavaliação, referente aos exercícios de 2008 e 2009, a metodologia utilizada para a condução do processo obedeceu aos padrões seguidos nas avaliações anteriores, atendendo os princípios tratados na Lei nº 10.861/2004.

O Relatório de Autoavaliação relativo ao período 2008-2009 foi estruturado a partir das dimensões definidas pelo SINAES e baseado na experiência vivenciada pela CPA anterior, neste sentido iniciou esta Autoavaliação, seguindo a mesma metodologia da avaliação utilizada deste a implantação desta instância tão significativa ao desenvolvimento institucional, primeiro foi realizada a sensibilização da comunidade através de divulgação no sítio da Instituição (www.urutai.ifgoiano.edu.br) e da publicação de boletins em murais, com a apresentação dos membros da CPA e com esclarecimentos sobre o processo de autoavaliação institucional. (BRASIL, 2010, p.5)

O desenvolvimento dos trabalhos da CPA ocorreu com a divisão das tarefas entre os membros, sendo estabelecida a necessidade de abordar as dez dimensões e a metodologia aplicada foi: entrevista com os gestores da instituição para cada área correspondente, análise de documentos institucionais internos e análise de dados quantitativos fornecidos pelos setores administrativos. O que demonstrou uma abordagem diferenciada em relação ao relatório elaborado em 2006, denotando assim, certa dificuldade em estabelecer parâmetros de

comparação para apurar o desenvolvimento do processo avaliativo, bem como da própria CPA. Entretanto, o Relatório de Autoavaliação Institucional de 2010 – referente aos exercícios de 2008 e 2009, trouxe uma conclusão relevante:

A Gestão da Instituição tem concentrado esforços para melhoria dos atendimentos e prestação de serviços. É um trabalho árduo e contínuo que necessita de orçamento, boa administração e vontade para transpor as metas do papel em ações desenvolvidas na realidade.

Os resultados positivos da Autoavaliação já são colhidos desde já, visto que brotam articulações e planos de desenvolver ações necessárias para o alcance das metas. Esse é o grande objetivo da Avaliação Formativa que vem sendo realizada. A presença de medos e estereótipos sobre esta se transforma em crescimento, pois na medida em que há maior união na Instituição com o aferimento desses resultados, ocorre o amadurecimento e a conscientização de que tal avaliação não serve apenas para cumprir com uma obrigação junto ao MEC; vai além, na medida em que é capaz de melhorar a sociedade e a Instituição.

Observa-se que há muito que discutir sobre os dados levantados. Os pontos positivos devem ser lembrados e pensados sempre em como melhorá-los. Os pontos ainda não cumpridos, ou falhos, promoverão reflexões e quebrarão a inércia que aparentemente estão envolvidos.

A CPA acredita que o fato do câmpus Urutaí não possuir uma cultura avaliativa estabelecida, trouxe uma das maiores dificuldades enfrentadas para a realização de todo o trabalho: o envolvimento da comunidade em todo o processo. (BRASIL, 2010, p 49)

Esta realidade ainda parece estar presente na instituição e é observada nos vários seguimentos. Assim, enquanto não houver interação entre os atores que participam do processo avaliativo (docentes, discentes e técnicos administrativos), o mesmo não terá o resultado almejado. A avaliação, portanto, deverá ser sistemática e contínua aos olhos dos avaliadores, o que provavelmente deverá desencadear um acordar da comunidade, pois existem fragilidades que devem ser sanadas para que o processo flua com maior grau de precisão. Esta conclusão foi ilustrada no Relatório de Autoavaliação Institucional de 2010 (exercícios de 2008 e 2009):

Uma fragilidade constatada é a comunicação interna. A melhoria da comunicação interna certamente melhoraria todo o processo de gestão e organização institucional. A Autoavaliação nos revela que o *câmpus Urutaí* vivenciou neste período de avaliação a transformação em Instituto Federal que legitima uma nova e necessária política institucional para o ensino; possui uma excelente infraestrutura física; no entanto, é necessário um aperfeiçoamento de seus canais de comunicação e sistemas de informação internos, possibilitando um maior envolvimento e participação de todos os segmentos da comunidade institucional. (BRASIL, 2010, p 50)

A ferramenta avaliativa tem sua importância revelada quando há o envolvimento da comunidade interna da instituição, pois através dela se pode levantar os pontos fortes e fracos para, então, ponderar os fracos e trabalhar para que eles não se transformem num contratempo para a gestão.

Concluiu-se, assim, baseado nos documentos analisados, a não evidência dos critérios estabelecidos para a emissão das portarias de composição dos membros da CPA. Somente em 2010, quando o CEFET Urutaí já havia se transformado em um câmpus do IF Goiano é que

foram tomadas as primeiras providências, no sentido de organizar a constituição **da CPA e das Subcomissões Próprias de Avaliação (SPA) dos câmpus**⁵, por meio de eleição entre os pares, onde através da portaria nº 085 de 25 de agosto de 2010, emitida pelo reitor e publicada no boletim interno de serviço do órgão nº 08 de 31/08/2010, foi então atendido os ditames legais propostos pelo SINAES.

Concomitantemente, a reitoria elaborou um documento intitulado “Regimento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal Goiano”, onde foram referendadas quais atribuições e a constituição da CPA do IF Goiano.

Em relação a autoavaliação institucional, consta no Regulamento da CPA, que:

Art. 1º - A comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia goiano, instituída pela Portaria nº _____, em atendimento ao que preceitua a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constitui-se num órgão responsável pela coordenação, articulação do processo de autoavaliação do IF Goiano e disponibilização de informações.
Parágrafo primeiro – A CPA atuará com autonomia em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IF Goiano.
Parágrafo segundo – A CPA é um órgão de assessoramento do IF Goiano e será constituída pelos membros das Subcomissões Própria de Avaliação dos Câmpus do IF Goiano (BRASIL, 2010, p. 1).

Neste artigo ficou evidenciado que a CPA do IF Goiano iria coordenar e articular o processo de autoavaliação no âmbito da instituição, porém seu sucesso dependeria da cooperação da comunidade interna, bem como do esforço mútuo dos gestores no sentido de subsidiar a CPA no momento de sensibilização de todas as partes envolvidas.

O primeiro parágrafo do referido regimento revela a autonomia da CPA em relação às instâncias superiores e o segundo parágrafo do documento trata da formação da CPA, fazendo alusão às SPA's. Entretanto não foi editada, no exercício de 2010, a portaria designando a CPA. Houve somente a edição de uma resolução, devidamente aprovada pelo conselho superior, que designou a CPA para atuar nos exercícios de 2011 e 2012.

A composição da SPA dos câmpus está apoiada no artigo 17 do regulamento da CPA, onde se lê:

Art. 17 – A Subcomissão Própria de Avaliação (SPA) de cada Câmpus será composta de:
I – 3 servidores docentes efetivos dos cursos de graduação, eleitos pelos seus pares;
II – 3 servidores técnicos-administrativos efetivos, eleitos pelos seus pares;
III – 3 discentes dos cursos superiores de graduação, indicados pelo órgão de representação estudantil;
IV – até 3 representantes da sociedade civil organizada, indicados pelo(a) diretor(a) geral do Câmpus (BRASIL, 2010, p. 4).

Nesse mesmo regulamento, as atribuições das SPA estão definidas, conforme especificado no artigo 28:

Art. 28 – Compete às Subcomissões:
I – sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo órgão para os processos de avaliação institucional;

⁵

Subcomissão criada para auxiliar a CPA- Comissão Própria de Avaliação nos campus.

- II – desenvolver o processo de autoavaliação no órgão, conforme o projeto de autoavaliação do IF Goiano e orientações da CPA;
- III – organizar reuniões sistemática para desenvolver suas atividades;
- IV – sistematizar e prestar as informações solicitadas pela CPA;
- V – deflagrar o processo eleitoral para a escolha de seus membros, com término de, no mínimo, 30 dias antes do encerramento do mandato dos representantes em vigência. (BRASIL, 2010, p. 5-6)

Desta forma, o artigo 4º do regulamento articula que a CPA seria formada através dos membros já eleitos nos câmpus, ou seja, os membros das SPA's, conforme define o § 1º do artigo 4º do respectivo regulamento: “a escolha dos representantes previstos no caput deste artigo deverá ocorrer na Reitoria do IF Goiano, na primeira reunião das subcomissões recém constituídas e será feita pelos pares de cada segmento” (BRASIL, 2010, p. 2).

Nesse contexto, o processo no IF Goiano ocorreu em um único dia, em reunião realizada na reitoria, no mês de novembro de 2010, com representatividade de todos os câmpus, conforme determinado no § 2º do artigo 4º, também do referido regulamento, “para possibilitar a representatividade de todos os Câmpus na CPA, os representantes da SPA deverão votar em 02 membros de seu próprio segmento.” (BRASIL, 2010, p. 2).

O regulamento também estabeleceu normas para o funcionamento da CPA, (art. 6º a 14º), suas atribuições (art. 15º) e sua constituição (art. 17º a 27º), de forma a estabelecer e delimitar o papel, tanto dos membros da CPA como das SPA's, durante a realização do processo de autoavaliação. Importante também mencionar que, conforme consta no respectivo regulamento, todas as reuniões da CPA e SPA's deveriam ser registradas por meio de Ata, devidamente assinadas por todos os participantes presentes.

A eleição no câmpus Urutaí ocorreu da seguinte forma: foi elaborado um Edital contendo as regras para que os servidores efetivos pudessem se candidatar e estabelecia como seria a eleição entre os discentes. A formação da SPA do câmpus Urutaí ocorreu em novembro de 2010, após o processo de consulta à comunidade interna e, conforme o disposto no regulamento da CPA do IF Goiano, todos os membros eleitos nas SPA'S dos câmpus participaram de uma reunião na reitoria que resultou, por meio de uma votação entre os pares e pelos membros eleitos das SPA's dos câmpus, na formação da CPA do IF Goiano, encarregada de conduzir os trabalhos de autoavaliação no biênio de 2011/2012.

No câmpus Urutaí a SPA eleita somente foi efetivada em agosto 2011, mediante a emissão da Portaria nº 133 de 12/08/2011, exarada pelo Diretor Geral do câmpus. Isto demonstra que em geral, no tocante à autoavaliação, o processo se mostra lento, revelando uma possível falta de importância para a instituição.

Somente depois de realizadas as eleições das SPA's nos câmpus que integram o IF Goiano e, após a eleição interna dos membros eleitos das SPA's para formação da CPA, é que foi homologada a CPA do IF Goiano, para um mandato consecutivo de dois anos - 2011 e 2012, por meio da Resolução nº 023 de 23 de novembro de 2010. (Apêndice D)

O processo demonstrou as dificuldades pelas quais a CPA enfrentou em agendar reuniões sistemáticas trimestrais, conforme prevê o regulamento, para traçar planos de trabalho acerca da autoavaliação, uma vez que a comissão possui uma pluralidade tanto no tocante à recursos humanos, quanto no físico, visto que os membros pertencem aos diversos câmpus da instituição. Esse papel de sensibilização local, deve ser apoiado diretamente pelas SPA's, cujo poder de mobilização em geral, se mostra mais eficiente.

Porém, a realidade apresenta outra perspectiva para a SPA, uma vez que ela apenas cumpre o que foi deliberado em ATA pela CPA. No exercício de 2011, as deliberações da CPA e SPA nos câmpus ocorreram nos meses de fevereiro e março e, conseqüentemente,

resultaram no Relatório de Autoavaliação Institucional, referente ao exercício de 2011, que deixou de ser bienal.

Aplicando a mesma metodologia explicitada nos relatórios anteriores, a CPA confeccionou o questionário abrangendo também as dez dimensões do SINAES, o que resultou em um extenso questionário estruturado com 125 questões, que, aplicado à comunidade, trouxe alguns transtornos.

As principais dificuldades na aplicação do questionário foram: demora no preenchimento das questões, falta de interesse dos respondentes devido ao número extenso de questões para cada dimensão, dentre outros, tanto para a CPA, como para a SPA. Mesmo com o suporte da área de TI, que desenvolveu um software exclusivo para preenchimento *on line* do referido questionário, organizado por dimensão de avaliação prevista no SINAES.

Paralelo a este trabalho, foi também elaborado um questionário estruturado de forma específica para os pró-reitores, reitor e assessores abordando as dez dimensões sob a ótica dos gestores, para confecção do relatório final. Enfim, o questionário *on line* foi então aplicado a toda comunidade interna: docentes, discentes dos cursos superiores e técnicos administrativos, porém, dado o pequeno o período disponibilizado para as respostas, o processo não atingiu o percentual esperado de respondentes/avaliadores.

Concomitantemente a este trabalho, houve a participação da Assessoria de Comunicação Social da Reitoria - ASCOM, no sentido de colocar chamadas no sítio da instituição indicando o *link* para o acesso ao questionário. O momento de sensibilização ocorreu tanto por meio de chamadas na página oficial do IF Goiano, como por meio de divulgação interna, realizada pela SPA do câmpus Urutaí, em todas as salas de aulas e nas salas dos servidores, alertando-se para a importância do processo para a instituição. Mesmo diante da tentativa de envolver a comunidade no processo, somente 48% (quarenta e oito por cento) dos discentes e 55% (cinquenta e cinco por cento) dos servidores de todos os câmpus e reitoria responderam o questionário. Os resultados parciais por câmpus não constam do relatório final de 2011(dois mil e onze), nem foram divulgados de outra forma. Somente os resultados finais foram publicados no sítio oficial, não havendo reunião com a comunidade interna para divulgação e discussão dos dados obtidos.

Diante do exposto, cumpre ressaltar que no conteúdo dos relatórios foi mencionado que a CPA não teve uma carga horária exclusiva para o desenvolvimento do processo de autoavaliação. As atividades, desde a primeira autoavaliação, foram desenvolvidas paralelamente às outras tarefas pertinentes aos cargos que cada um ocupava dentro da instituição.

O resultado que se tem, então, é que apesar do apoio da área de Tecnologia da Informação – TI da instituição com o desenvolvimento do software para auxiliar na aplicação do questionário, coleta e tabulação dos dados, e empenho dos membros da CPA e SPA's do relatório de 2011 não foi respondido conforme o previsto, isto é, a CPA não conseguiu obter uma amostra que correspondesse a 75% do universo total, de forma que o resultado pudesse ser melhor evidenciado para que futuras intervenções pudessem acontecer.

De certa forma é importante salientar que apesar do câmpus Urutaí já ter elaborado, por meio da SPA atual e de outras CPA's anteriores, diversos relatórios de autoavaliação, percebeu-se que ainda há certa dificuldade por parte dos avaliadores com respeito à compreensão da temática autoavaliação e de sua importância dentro do contexto da educação superior no país, não devendo ser visualizada como um instrumento de medição de qualidade, mais sim como uma ferramenta capaz de nortear ações que visem o atendimento dos objetivos institucionais.

O que se apreendeu foi que a cultura da autoavaliação institucional ainda não foi totalmente absorvida pelos avaliadores - docentes, discentes e técnicos administrativos, e isso pode ser observado pelo resultado obtido no relatório de 2011. No mesmo sentido, os

resultados demonstraram que era necessário um maior envolvimento de toda a comunidade para que o processo de autoavaliação possa realmente condizer com a realidade da instituição e auxiliar os gestores na aplicação dos recursos financeiros.

Em março de 2012, outra versão do questionário *on line* foi aplicado a toda comunidade interna do IF Goiano, através do sítio oficial da instituição. Seguindo a mesma metodologia, também foram realizadas entrevistas com o reitor e os pró-reitores do IF Goiano para fins de coleta de dados observando-se as dez dimensões propostas pelo SINAES. Evidenciou-se que nessa primeira fase de instrumentalização do processo, em apenas uma única reunião⁶ da CPA, foram revistas todas as questões aplicadas no questionário de 2011.

Nesta mesma reunião foram feitos alguns enxugamentos necessários, oportunizando aos avaliadores, responder com maior precisão as questões relacionadas ao segmento ao qual pertenciam, conforme proposto na Lei do SINAES e, ainda, foram traçadas as metas de trabalho para 2012, tais como sensibilização, entrevistas com o reitor e pró-reitores, aplicação do questionário aos segmentos docentes, técnico administrativos e discentes, coleta dos dados e elaboração do relatório final, postagem do relatório final no sítio do MEC e divulgação dos resultados obtidos para a comunidade interna.

Relevante ressaltar a escassez do tempo para realização do referido processo avaliativo, que obteve um cronograma de atividades apertado e bastante limitado: o prazo final de entrega encerrou-se em março de 2012 e as atividades da CPA iniciaram-se no final de fevereiro de 2012, então o prazo para a CPA e SPA's trabalharem foi curto, demonstrando novamente que a sensibilização ocorrida, mesmo com todo apoio da Reitoria e da ASCOM com a emissão de cartazes, panfletos e chamadas no sítio oficial da instituição, não atingiu o universo esperado para a realização do processo de autoavaliação institucional no exercício de 2012.

Assim, observou-se que a sistemática do processo de autoavaliação, referente ao exercício de 2012, também ocorreu de forma abreviada, não havendo disponibilidade de tempo dos membros da CPA para a realização de todas as tarefas inerentes ao bom desempenho das atividades oriundas do processo de autoavaliação institucional, bem como o prazo para os respondentes efetuarem o *login* e responderem o questionário *on line*, limitado a uma semana, foi insuficiente para a realização dos trabalhos. Outro problema que se pode relacionar ao baixo desempenho da autoavaliação foi a falta de espaço físico disponibilizado para a realização dos trabalhos das diversas comissões institucionais.

⁶ Reunião Lavrada por meio da ATA Nº 001/2012, onde constam todas as decisões tomadas acerca do processo de autoavaliação institucional do IF Goiano, referente ao exercício de 2012.

8 CAPÍTULO V

CONTRIBUIÇÕES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO PARA O CÂMPUS URUTAÍ, CONSIDERANDO OS RELATÓRIOS DA CPA E AS PERCEPÇÕES DOS DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.

O processo de autoavaliação do IF Goiano câmpus Urutaí, apesar de já existir desde 2004 (dois mil e quatro), data da regulamentação da Lei do SINAES nº 10.861/2004, ainda encontra-se em fase de implementação, principalmente no que tange à fase de sensibilização. Isto ocorre uma vez que se faz necessária a mobilização de diversos setores que não possuem uma disponibilidade e acessibilidade diária, ou seja, dependem de convocações para reuniões e da formação de fórum e/ou seminários para que as ações sejam votadas e discutidas de forma a buscar-se manter a transparência do processo.

Portanto, evidenciou-se no decorrer deste estudo a inexistência de uma cultura avaliativa que permeie a instituição, o que dificulta o desenvolvimento das outras fases do processo de autoavaliação. No entanto, este estudo foi realizado num momento em que inúmeros eram os conflitos vivenciados no cotidiano dos institutos federais, haja vista a construção de diversos regulamentos internos, bem como o regimento interno da reitoria e dos câmpus que integram o Instituto Federal Goiano. O que denotou uma incerteza dos respondentes quanto às atribuições de cada um dentro da instituição, dificultando até mesmo a sensibilização dos respondentes para o processo de autoavaliação e sua possível influência para a gestão da instituição.

Nesse sentido, este estudo abordou quais foram as principais contribuições do processo de autoavaliação para o câmpus Urutaí, segundo os respondentes. Foi imprescindível registrar que no primeiro semestre de 2012, o câmpus Urutaí conta com dez cursos superiores e já passou por diversos processos de reconhecimento e renovação desses cursos, sendo, então, oferecido aos avaliadores externos, cópia dos respectivos relatórios de autoavaliação, conforme previsto no processo de avaliação externa.

Porém, ao se analisar a autoavaliação, proposta pela SINAES, no tocante aos objetivos e finalidades da autoavaliação que deveriam ser o de contribuir para a gestão através de um diagnóstico solidificado, que pudesse ser utilizado como mais uma ferramenta necessária para fortalecer a gestão. Alguns aspectos puderam ser vistos, destacando a falta de maiores investimentos na área de educação, por parte do governo, bem como a carência de um processo conjunto e integrado de sensibilização junto a Rede Federal dos Institutos Federais, de forma a permitir a construção de conhecimentos adequados aos objetivos, planos e metas traçados por cada instituição que integram o sistema brasileiro de educação.

Salienta-se, então, a importância da autoavaliação para que os problemas diagnosticados na instituição, possam ser estudados e discutidos, interagindo com a comunidade interna, objetivando a obtenção de resultados promissores ao bom andamento da instituição, dadas as peculiaridades existentes no câmpus Urutaí - instituição de origem agrícola que agrega diversas unidades educativas de produção – UEP's, que precisam de manutenção diária.

Assim, tornou-se importante compreender que o processo de autoavaliação institucional do câmpus Urutaí ainda está em fase de consolidação, devido às constantes oscilações trazidas pelas mudanças das comissões encarregadas de conduzir o processo de autoavaliação, juntamente com a falta de um setor responsável por auxiliar e dar continuidade aos trabalhos existentes na área, desde a realização do primeiro relatório, em 1994. Isso ocasionou uma enorme perda na sequência dos trabalhos.

Consequentemente percebeu-se a necessidade de uma intervenção no cenário atual acerca da realidade que permeia a área de avaliação no âmbito das instituições de educação superior do país, pois se evidenciou a necessidade do governo estudar uma forma legal de abarcar a área de avaliação de forma a não somente cumprir os ditames impostos pela legislação como também buscar, por meio da avaliação e mais especificamente da autoavaliação, o fortalecimento da gestão, provocando o ajustamento de seus planos e metas, interagindo os atores para atuarem cada vez mais de forma participativa.

Conforme mencionado anteriormente a autoavaliação não deve ser confundida como simples instrumento de medição de qualidade, mas sim como uma forma que possibilite diagnosticar a instituição em todas as suas dimensões: ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura física, gestão financeira e orçamentária, gestão de recursos humanos, gestão patrimonial, grau de satisfação do alunado, acompanhamento de egressos. Enfim, todas as demandas internas impostas pelos normativos vigentes.

Assim, procurou-se aplicar um questionário a todos os envolvidos no processo de autoavaliação, dividido em três dimensões: **a categorização dos respondentes; o conhecimento acerca do processo de autoavaliação institucional no câmpus Urutaí; e as percepções dos respondentes sobre autoavaliação institucional realizada no âmbito do câmpus Urutaí.**

Conforme pode ser evidenciado nos gráficos 1, 2, 3 e 4, **a categorização dos respondentes** teve como intenção colher dados quanto aos indicadores: sexo, situação funcional, regime de trabalho atual e área de formação.

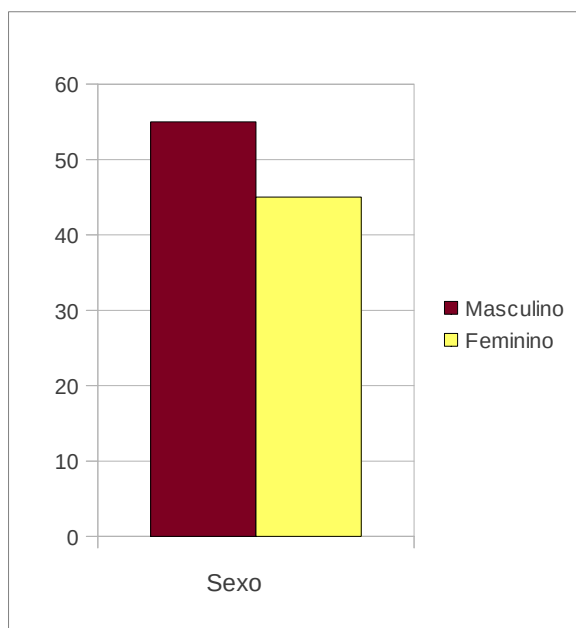


Gráfico 1 – Categorização por Sexo

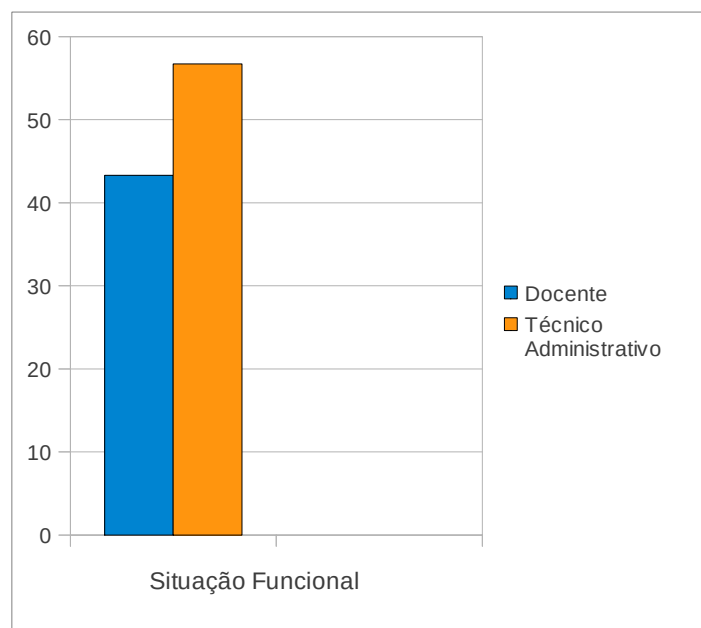


Gráfico 2 – Categorização por Situação Funcional

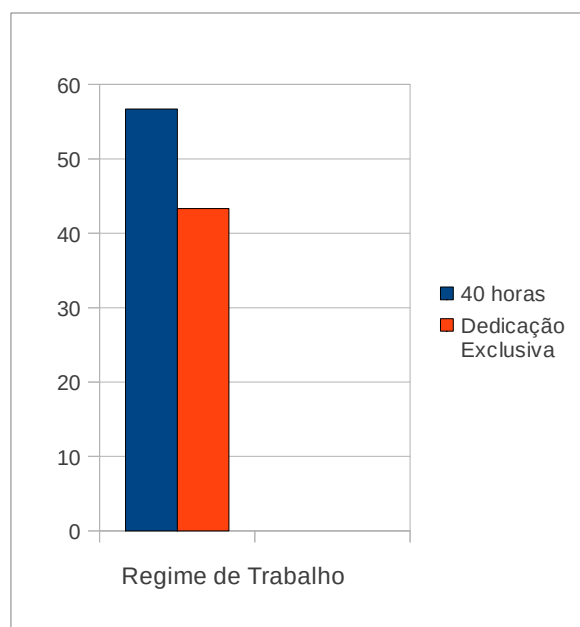


Gráfico 3 – Categorização por Regime de Trabalho

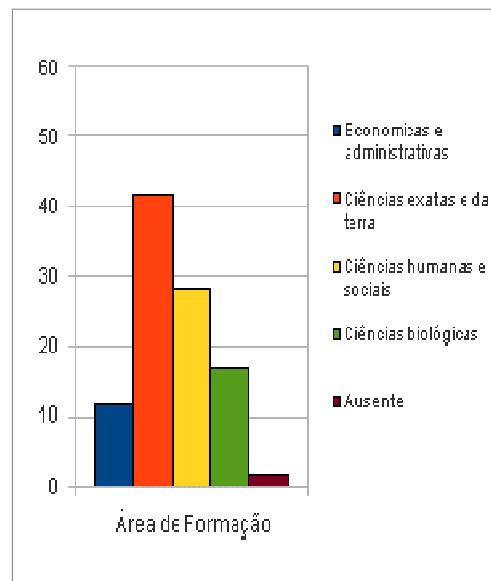


Gráfico 4 – Categorização por Área de Formação

Os gráficos tornam possível observar que 55% (cinquenta e cinco por cento) dos respondentes eram do sexo masculino, sendo 43,3% (quarenta e três por cento) Docentes e 56,7% (cinquenta e seis, sete por cento) Técnicos Administrativos. Do percentual de docentes respondentes, 100% (cem por cento) trabalhavam sob o regime de Dedicação Exclusiva e 100% (cem por cento) dos respondentes Técnicos Administrativos trabalhavam em regime de 40 h (quarenta horas) semanais.

Ainda, seguindo esta análise foi percebido que a grande maioria dos respondentes, ou seja, o equivalente a 41,7% (quarenta e um, sete por cento) era da área de formação de Ciências Exatas e da Terra, depois 28,3% (vinte e oito, três por cento) dos respondentes tinham a formação na área de Ciências Humanas e Sociais, posteriormente, 16,7% (dezesseis, sete por cento) tinham formação na área de Ciências Biológicas e ainda 11,7% (onze, sete por cento) tinham formação na área de Ciências Econômicas e Administrativas e somente 1,7% (um, sete por cento) dos informantes não respondeu este item.

Com esta categorização pode-se observar que a amostra foi bastante miscigenada, sendo possível obter uma visão mais ampla da situação em que se encontrava o processo de autoavaliação institucional do câmpus Urutaí. Portanto, foi possível trabalhar com os dados de forma mais segura, que, apesar de ser uma amostra, revela uma representatividade significativa para legitimar a intervenção dos sujeitos que contribuíram para a solidificação do processo de autoavaliação do IF Goiano câmpus Urutaí.

Conforme dados da tabela 1, compreendeu-se que as áreas de formação dos docentes e dos técnicos administrativos diferem, sendo mais comum a área de ciências exatas para os docentes e ciências humanas para os técnicos administrativos, o que, de certa forma, se mostrou curioso, visto que os serviços administrativos são realizados por profissionais externos à área das exatas. Tal contextualização ofereceu uma maior variedade de pontos de vistas, bem como apresentou uma tendência para uma visão mais holística por parte dos servidores, compreendendo um maior campo de atuação e exposição de posicionamentos.

Tabela 1: Correlação entre situação funcional dos respondentes e área de formação.

Área de formação	Situação Funcional		Total por área de formação
	Docente	TA	
Ciências Econômicas e Administrativas	2	5	7

Ciências Exatas e da Terra	14	11	25
Ciências Humanas e Sociais	4	13	17
Ciências Biológicas	5	5	10
Não respondeu	-	1	1
Total Geral	25	35	60

Analisando o ponto de vista dos respondentes acerca do conhecimento quanto à realização do processo autoavaliação ocorrido no âmbito do IF Goiano câmpus Urutaí, a pesquisa apontou, através do gráfico 5, que houve na instituição um grande número de respondentes que alegaram o não conhecimento sobre a “autoavaliação institucional”. Tal resultado aponta para a necessidade de divulgação mais enfática do processo em toda comunidade interna.

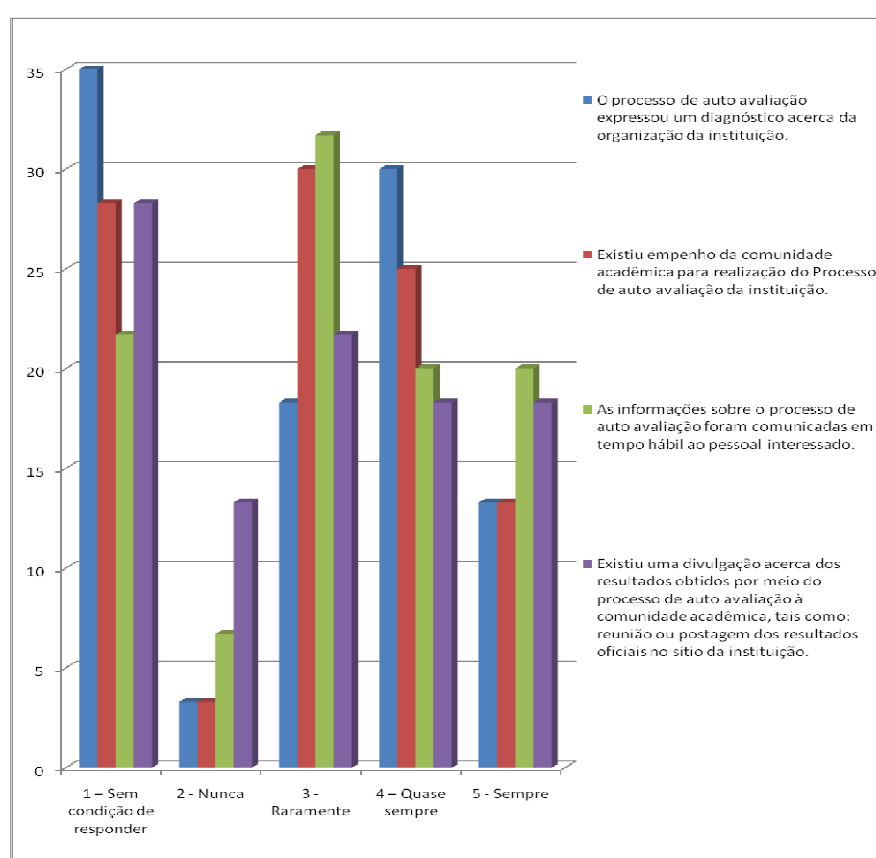


Gráfico 5 - Autoavaliação Institucional no câmpus Urutaí

Assim, foi importante observar que a sensibilização ocorrida no âmbito da instituição teve uma aceitabilidade aquém do esperado. A importância do processo de autoavaliação deve, então, ser revelada à comunidade interna de forma integrada, isto é, o processo de sensibilização deve ocorrer de forma mais dinâmica e participativa, utilizando-se reuniões com os seguimentos, seminários e demais meios que proporcionem uma divulgação mais ampla dos conceitos aplicados ao relatório. Assim, segundo consta no SINAES,

O sistema de avaliação deve articular de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. Resguardadas as especificidades, os graus de autoridade e as responsabilidades de cada grupo de agentes, **o sistema de avaliação é uma construção a ser assumida coletivamente**, com funções

de informação para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, auto-regulação, emancipação, elevação da capacidade educativa e do cumprimento das demais funções públicas. (INEP, 2009, p. 92, grifos nossos).

É notório ainda que o processo de autoavaliação teve como objetivo se apresentar como mais uma ferramenta para a gestão, auxiliando a tomada de decisão. Nesse sentido, através da observação do gráfico 5, tem-se que 30% (trinta por cento) dos respondentes afirmaram a existência de um empenho razoável da comunidade interna para que os processos de autoavaliação, já ocorridos no âmbito do câmpus Urutaí, fossem realizados. Identificou-se ainda que 31,7% (trinta e um, sete por cento) afirmaram que as informações sobre o processo de autoavaliação raramente foram comunicadas ao pessoal interessado em tempo hábil para o atingimento de suas finalidades.

No tocante à divulgação dos resultados obtidos através do relatório autoavaliativo, 28,3% (vinte e oito, três por cento) dos respondentes informaram a opção “sem condição de responder”, ou seja, um percentual relevante de respondentes demonstrou um desconhecimento dos resultados.

Considerando que a sensibilização é uma das fases do processo de avaliação que permeiam pelo universo escolar e que permite, se bem elaborada, o despertar da comunidade interna para a participação, persuasão e estabelecido de uma agenda política (LEITE, 2005).

Denise Leite (2005) acredita na necessidade de estimular os atores a participarem do processo, sendo preciso incentivá-los a não simplesmente contribuir respondendo ao questionário, mas também auxiliando na elaboração do processo. Solidificar os ideais referentes à participação da comunidade no processo, quando se trata de uma avaliação qualitativa, é de grande importância. Conforme DEMO (2002) argumenta, a falta de participação no processo demonstra a falta de uma política que evidencie a qualidade nos trabalhos e, ainda, a participação dos atores no processo, é um fenômeno que revela uma centralização qualitativa dos mesmos.

Identificar o grau de compromisso dos atores envolvidos no processo educacional também faz parte da reorganização que permeia as instituições de ensino e, conseqüentemente, a constante busca pela qualidade deveria estar presente nos ambientes escolares. Assim, compreender o processo de autoavaliação de maneira conjunta é o ponto de partida para o redimensionamento das escolas brasileiras, pois somente assim, será possível resgatar pontos imersos pelo interior das instituições, antes jamais identificados devido à falta de sensibilização dos operantes do sistema educacional brasileiro.

Possibilitar uma prospecção imediatista para os problemas diagnosticados por meio do processo de autoavaliação levantado pelos segmentos internos (docentes, discentes e técnico administrativos) provavelmente oportunizará que novos rumos sejam dados aos problemas apontados de forma mais consolidada, isto é, uma gestão participativa é o que a comunidade interna do câmpus Urutaí almeja.

Seguindo esta mesma linha, foi analisado o item 3 (três) do questionário, que trata das Percepções dos Respondentes acerca da Autoavaliação Institucional ocorrida no âmbito do câmpus Urutaí. Conforme consta no questionário estas questões foram descritivas, sendo suas respostas interpretadas sob a ótica da análise de conteúdo, conforme já evidenciado na metodologia, para auxiliar na compreensão do objeto desse estudo, onde os dados compilados foram editados na forma de uma tabela e posteriormente na forma de gráficos com percentual definido, para melhor identificação dos resultados, conforme gráfico 6

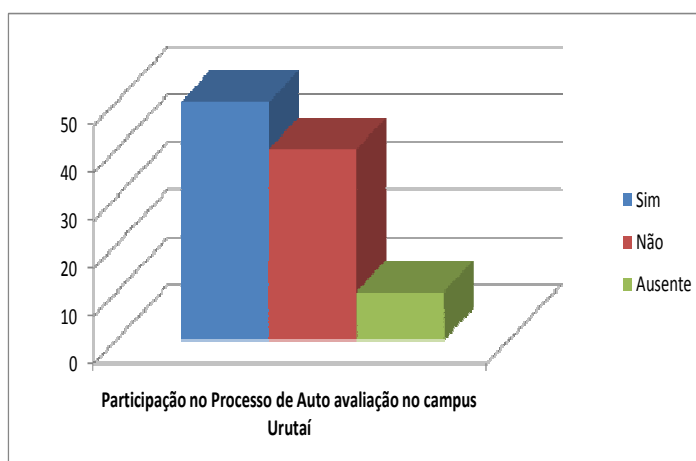


Gráfico 6 – Participação do Respondente no Processo de Autoavaliação no câmpus Urutaí.

Pelo gráfico 6 é possível verificar que se obteve uma participação de 50% (cinquenta por cento) dos respondentes, sendo que desse percentual, 40% (quarenta por cento) afirmaram não ter participado do referido processo e 10% (dez por cento) não opinaram. Estes percentuais revelaram que a participação da comunidade interna foi insuficiente para demonstrar a realidade da instituição. Assim, de certa forma este percentual revelou as fragilidades encontradas no decorrer da implementação do processo de autoavaliação e evidenciou mais ainda a necessidade de haver uma intervenção conjunta para que o processo seja mais bem estruturado e corresponda às expectativas dos atores envolvidos.

Na busca por uma sequência lógica, perguntou-se **como e de que forma ocorreu sua efetiva participação, para os respondentes que afirmaram ter participado do processo de autoavaliação.**

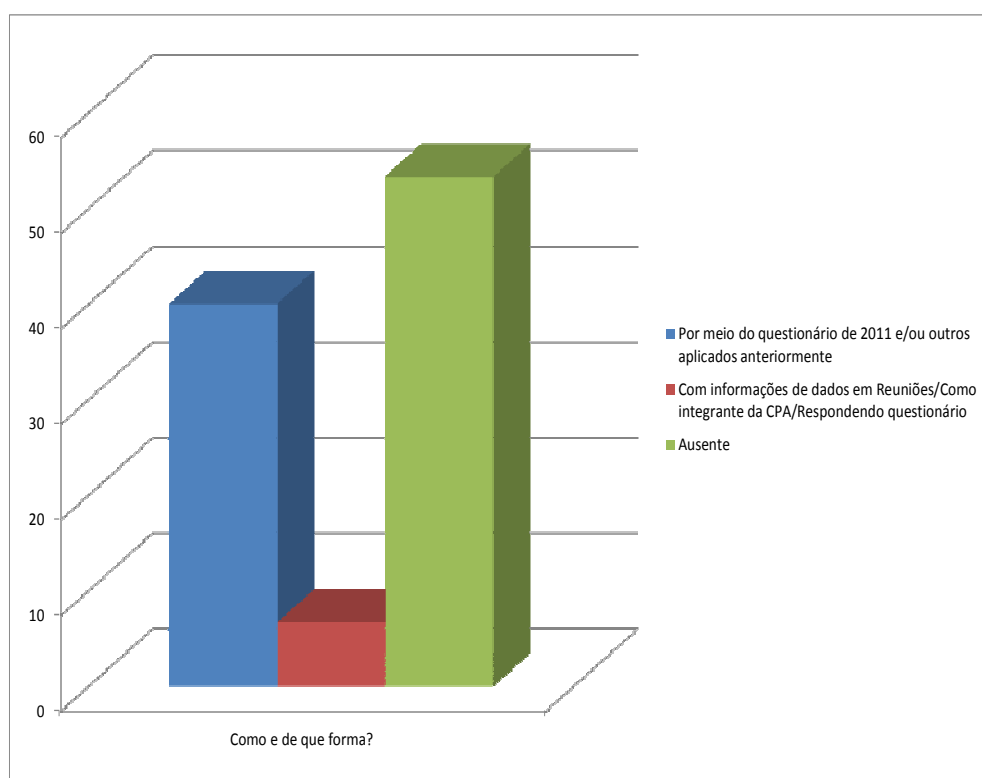


Gráfico 7 – Como e que forma houve a participação do respondente no processo de Autoavaliação.

O Gráfico 7 demonstrou que a maioria dos respondentes não participou do processo ou não opinou. Posteriormente, observou-se que houve um percentual considerável, 40% (quarenta por cento), que afirmaram ter participado do processo de autoavaliação por meio do questionário de 2011 e dos ocorridos nos anos anteriores, como respondentes. Ainda, segundo o Gráfico, houve um pequeno número de respondentes, 6,7% (seis, sete por cento), que além de reincidentes na função de respondentes, também já haviam participado de Reuniões como membros da CPA, inclusive, apresentando dados para contribuir para a melhoria do processo de autoavaliação.

Referente à **percepção dos respondentes sobre as experiências atuais de autoavaliação institucional aplicadas no IF Goiano câmpus Urutaí**, obteve-se como resultado o gráfico 8.

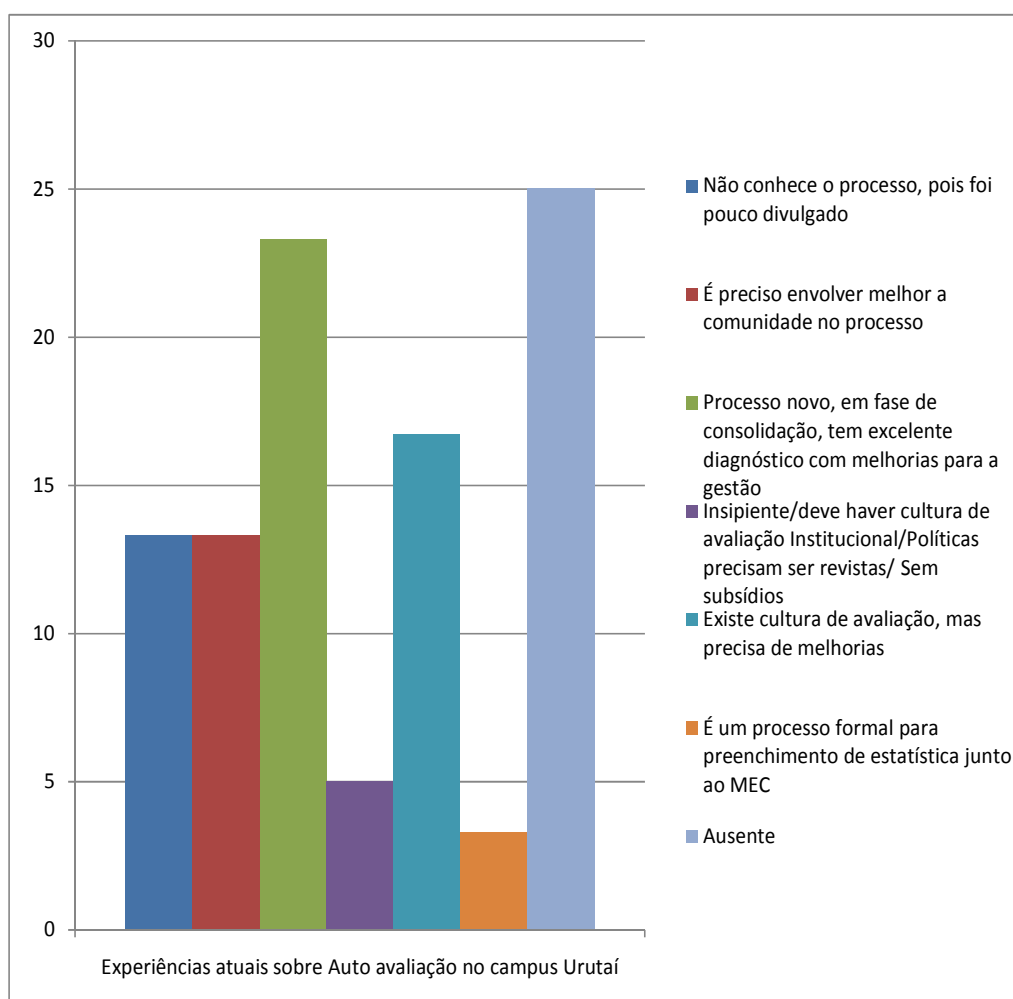


Gráfico 8 - Experiências atuais sobre Autoavaliação no câmpus Urutaí, segundo os respondentes.

De acordo com o gráfico 8, foi possível pontuar que o índice de ausente/não respondente é maior que todos os outros dados categorizados, ou seja, 25% (vinte e cinco por cento) dos respondentes marcaram esta opção. Isto parece reflexo da falta de conhecimento na área. O instrumento também apontou que 23,3% (vinte e três, três por cento) consideraram o processo de autoavaliação como novo e em fase de consolidação, com a apresentação de diagnóstico com melhorias para a gestão. Um total de 16,7% (dezesesseis, sete por cento) dos respondentes afirmaram a existência da cultura de avaliação, porém esta necessita de melhorias. Do total de informantes, 13,3% (treze, três por cento) afirmaram não conhecer o processo, justificando por ter ocorrido pouca divulgação do processo avaliativo. Enquanto 13,3% (treze, três por cento) apontaram a necessidade de envolver melhor a comunidade no processo.

Destacou-se ainda que 5% (cinco por cento) dos respondentes consideraram que o processo de autoavaliação foi incipiente, devendo a instituição consolidar uma cultura de avaliação institucional e que as políticas precisavam ser revistas, pois não ofereciam subsídios para a gestão. Por fim, um pequeno número de respondentes, 3,3% (três, três por cento), afirmou que o processo de autoavaliação é visto apenas como um procedimento formal para preenchimento de estatística junto ao MEC.

Diante da análise procurou-se compreender a necessidade do processo de autoavaliação do câmpus Urutaí, agora do IF Goiano, ser revisto para que haja uma adesão

melhor da comunidade, no sentido de haver uma maior participação dos atores que integram a instituição de forma a privilegiar o discurso de que no cenário atual, somente com a participação ativa dos sujeitos é que será possível uma intervenção adequada no processo.

Quanto à **percepção dos respondentes acerca da aplicação de ações acadêmicas e administrativas advindas dos resultados do processo de autoavaliação, pelos gestores**, o gráfico 9 aponta para o desconhecimento das partes pesquisadas sobre as ações, nomeando a ausência como item a ser destacado no processo.

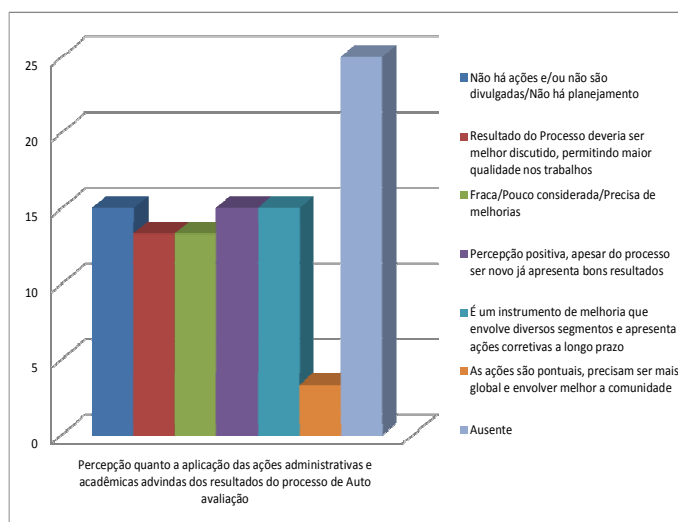


Gráfico 9 – Percepção dos respondentes quanto à aplicação de ações administrativas e acadêmicas advindas dos resultados do processo de Autoavaliação

Ao analisar o gráfico 9, foi possível extrair que uma maior parcela de respondentes, 25% (vinte e cinco por cento), não opinou sobre o assunto, talvez por desconhecimento do processo. Um total de 15% (quinze por cento) dos respondentes afirmaram não haver ações e/ou não foram divulgadas e outros 15% afirmaram ser um instrumento de melhorias de processo que envolve a comunidade e apresenta ações corretivas a longo prazo e ainda com o mesmo percentual de 15% outros respondentes afirmam ter uma percepção boa. Já, um grupo de 13,3% (treze, três por cento) dos informantes afirmou que as ações eram fracas, pouco consideradas e que precisavam melhorar e também outros 13,3% achavam que o resultado necessitava ser mais bem discutido, para se almejar mais qualidade.

Continuando a análise, um pequeno número de respondentes 3,3% (três, três por cento) acreditou que as ações na área eram pontuais e que precisariam ser mais globais e envolverem mais a comunidade. No decorrer dessa análise foi possível pontuar mais uma vez que o processo de autoavaliação precisava ser revisto, de forma que seus resultados oferecessem subsídios para a gestão.

No último indicador de análise foi abordada a **percepção dos respondentes acerca da utilização, pelos gestores, dos resultados da Autoavaliação, conforme gráfico 10.**

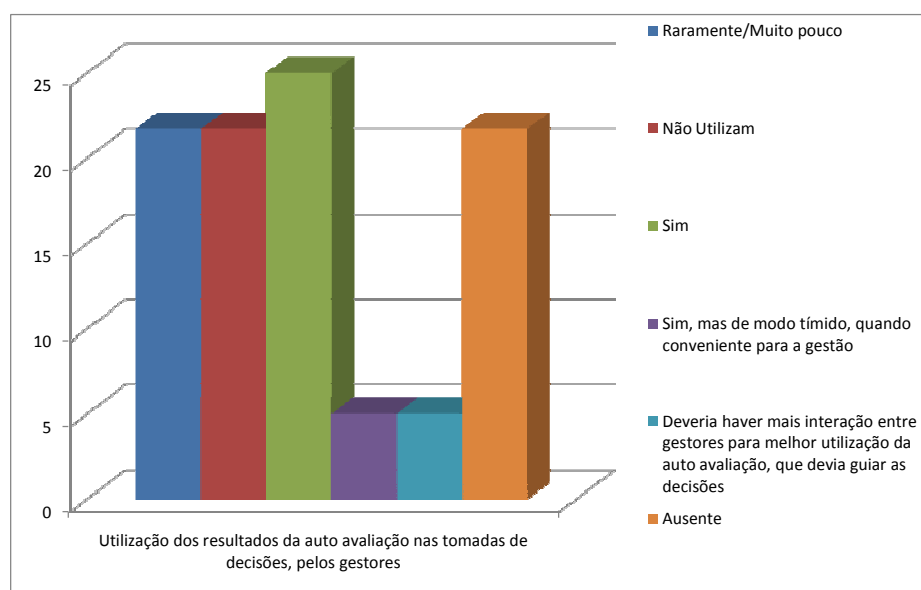


Gráfico 10 – Utilização dos resultados da Autoavaliação nas tomadas de decisões pelos gestores, segundo os respondentes.

Seguindo a mesma linha de análise foi possível observar que um total de 25% (vinte e cinco por cento) da amostra afirmou que os gestores utilizam sim os resultados da autoavaliação em suas tomadas de decisões. Já o percentual dos que acreditam na avaliação, mas não utilizam os resultados para a gestão foi de 21,7% (vinte e um, sete por cento). O mesmo percentual de 21,7%, acreditavam que raramente/ou muito pouco havia utilização dos resultados, pelos gestores, para nortear a implementação de ações. Também outros 21,7% não responderam ou não quiseram opinar.

Posteriormente percebeu-se pelo gráfico 10, que 5% (cinco por cento) acreditavam que os resultados eram utilizados pelos gestores, porém de modo tímido, quando conveniente para a gestão e outros 5% (cinco por cento) já apontavam que deveria haver mais interação entre os gestores para uma melhor utilização da autoavaliação para guiar suas decisões. Este resultado, mais uma vez vem demonstrando a necessidade de haver uma mudança não só quanto à realização do processo, mas sim de que se estabeleça uma cultura de avaliação de forma contínua e periódica.

Contrariando a análise do gráfico acima, Stufflebeam (apud Dias Sobrinho, 2003) aponta que o conhecimento institucional facultado pela avaliação permite ao gestor estar mais bem amparado em suas tomadas de decisões. Assim, ficou evidenciado, segundo o autor, que a avaliação é apenas um instrumento, uma ferramenta de gestão que não vêm sendo utilizada como deveria, talvez pelo fato dos gestores em geral, ainda não terem percebido a importância desse instrumento no sentido de que mudanças positivas venham a ocorrer no âmbito da instituição.

A importância desse estudo para a instituição revelou-se na abordagem de algumas interfaces que deverão ser observadas futuramente no cotidiano da instituição. Em se tratando dos segmentos docentes e técnicos administrativos, evidenciou-se a necessidade de haver mais interação no sentido de buscar o desenvolvimento institucional de forma participativa, pois, caso contrário, o processo não terá legitimidade para auxiliar nos avanços.

Outro ponto de destaque foi o potencial transformador da avaliação na produção do conhecimento. O processo avaliativo deve ter caráter formativo e ser contínuo, permitindo que seja criada uma cultura de avaliação que enseje o aperfeiçoamento dos atores envolvidos

no processo. É que retrata o CONAES em suas Diretrizes para avaliação das instituições de educação superior, editada por meio do INEP (2004):

A prática da autoavaliação como um processo permanente será instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e comprometa. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento, tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico administrativo) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em processo de reflexão e auto-consciência institucional. (MEC, INEP, 2004, p. 21)

Neste sentido, ao realizar o processo de Autoavaliação, a instituição deve oportunizar, aos atores envolvidos no processo, a possibilidade de sugerir ações e propor intervenções que propiciem também o desenvolvimento pessoal e profissional desses sujeitos.

Seguindo-se o proposto para este trabalho, buscou-se o cruzamento de alguns dos dados coletados para melhor auxiliar na compreensão do objeto desse estudo. Primeiramente evidenciou-se **a situação funcional dos respondentes utilizando-se o indicador gênero.**

Tabela 2: Correlação entre situação funcional dos respondentes e sexo.

Situação Funcional	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Docentes	15	11	26
TA	18	16	34
TOTAL	33	27	60

A tabela 2 demonstrou que tanto os respondentes docentes como os técnicos administrativos eram em sua maioria do sexo masculino, o que pode ser explicado devido à origem da instituição, agrícola.

Outro ponto interessante foi o estabelecido pela tabela 3. De acordo com os resultados, a categoria dos técnicos administrativos apresenta uma maior experiência na participação de processos de autoavaliação.

Tabela 3: Correlação entre situação funcional dos respondentes e sua efetiva participação no processo de autoavaliação.

Participação em processo de autoavaliação	Situação Funcional		Total Geral
	Docentes	TA	
Não	10	14	24
Sim	14	16	30
Não Respondeu	-	6	6
Total por situação funcional	24	36	60

Outro ponto importante a ser destacado foi que, segundo os respondentes que expressaram sua opinião em relação às experiências atuais de autoavaliação institucional aplicados no IF Goiano câmpus Urutaí, também pode ser traçado uma tabela fazendo um comparativo em relação à situação funcional dos respondentes, conforme tabela 4.

Tabela 4: Correlação entre situação funcional dos respondentes e suas respectivas opiniões sobre as experiências atuais sobre autoavaliação.

Opinião sobre as experiências do processo de autoavaliação	Situação Funcional		Total
	Docentes	TA	
Não conhece o processo, pois foi pouco divulgado	4	4	8
É preciso envolver melhor a comunidade no processo	5	3	8
Processo é novo, em fase de consolidação, porém apresenta excelente diagnóstico com melhorias para a gestão	8	6	14
Insipiente/Deve haver cultura de avaliação institucional/Políticas precisam ser revistas/Sem subsídio	2	1	3
Existe cultura de avaliação, mas precisa de melhorias	1	9	10
É um processo formal para preenchimento de estatística junto ao MEC	2	0	2
Total Geral	22	23	45

A tabela 4 demonstrou que um total de 9 (nove) respondentes técnicos administrativos afirmaram já conhecer a cultura de avaliação na instituição, mas que esta necessitava de melhorias e 8 (oito) dos respondentes docentes afirmam que apesar da autoavaliação ser um processo novo já apresentava resultados positivos.

Somente um número pequeno de respondentes, tanto docentes, como técnico-administrativos responderam, não conhecer o processo dado a sua pouca divulgação. Significa que é preciso trabalhar em equipe, estabelecendo uma dinâmica condizente com a realidade do IF Goiano câmpus Urutaí, onde seja possível vislumbrar um diagnóstico capaz de nortear ações mais acentuadas em cada segmento.

Importante, neste momento, tecer comentários acerca do cruzamento das informações sobre a percepção dos respondentes quanto à aplicação das ações administrativas e acadêmicas advindas dos resultados do processo de autoavaliação. Este item foi respondido também por 45 (quarenta e cinco) respondentes e, teve como resultado o quadro abaixo:

Tabela 5: Correlação entre situação funcional dos respondentes e suas percepções quanto à aplicação de ações administrativas e acadêmicas advindas dos resultados do processo de autoavaliação.

Percepção quanto a aplicação de ações administrativas e acadêmicas advindas dos resultados do processo de autoavaliação	Situação Funcional		Total
	Docentes	TA	
Não há ações e/ou não são divulgados. Não há planejamento	6	3	9
Resultados dos processos deveriam ser melhor discutidos, permitindo maior qualidade nos trabalhos	5	3	8
Fraca/pouco considerada/precisa de melhorias	6	2	8
Percepção positiva, apesar do processo de autoavaliação ser novo já apresenta bons resultados	4	5	9
É um instrumento de melhoria que envolve diversos segmentos e apresenta ações corretivas a longo prazo	1	8	9
As ações são pontuais, precisam ser mais global e envolver melhor a comunidade	2	0	2
Total Geral	24	21	45

A tabela 5 registrou que um número maior de docentes afirmaram que não havia ação concreta na área e/ou as ações não eram divulgadas. Citaram ainda que não havia planejamento e também que a aplicação de ações advindas dos resultados do processo de autoavaliação era fraca ou pouco considerada e, que, necessitava de melhorias.

Já um número maior de respondentes técnicos administrativos afirmou que era um instrumento de melhoria que envolvia diversos segmentos e apresentava ações corretivas, a longo prazo, o que significava, possivelmente, que o olhar do Técnico Administrativo para os aspectos relacionados a aplicação de ações corretivas, mesmo que a longo prazo e também as questões relacionadas à planejamento pareciam positivas. Isto pode se dar devido ao fato deles estarem lidando em seu cotidiano com um trabalho dito burocrático, em sua maioria, ligados à própria gestão da instituição, nas áreas financeira, orçamentária, contábil, auditoria, recursos humanos, dentre outras.

Neste sentido, destacou-se a necessidade de uma intervenção coletiva que sinalizasse o interesse mútuo da comunidade durante o processo de autoavaliação da instituição, de forma que tal processo se apresentasse como um potencial transformador capaz de propiciar o atingimento das metas previstas pela instituição, com o apoio tanto de docentes que laboram nas atividades-fins da instituição, como os técnicos administrativos que executam suas atribuições nas atividades meio, ou seja, todos trabalham em prol do processo educativo.

Os outros aspectos inerentes a função de divulgação dos resultados do processo avaliativos se apresentaram durante a pesquisa de forma negativa por todos os respondentes, sendo necessária, também, uma intervenção neste sentido, como forma de potencializar e desenvolver a instituição.

Continuando a análise de dados, foi abordado o cruzamento entre as **informações prestadas quanto à utilização dos resultados da autoavaliação nas tomadas de decisões pelos gestores e a situação funcional dos respondentes**. Neste item, 47 (quarenta e sete) respondentes, manifestaram sua opinião, sendo elas representadas no quadro abaixo:

Tabela 6: Correlação entre situação funcional dos respondentes e suas opiniões quanto a utilização dos resultados do processo de autoavaliação, pelos gestores, em suas tomadas de decisões.

Opiniões quanto à utilização dos resultados do processo de autoavaliação, pelos gestores, nas tomadas de decisões.	Situação Funcional		Total
	Docentes	TA	
Raramente/muito pouco	10	3	13
Não utilizam	8	5	13
Sim	3	12	15
Sim, mas de modo tímido, quando conveniente para a gestão	1	2	3
Deveria haver mais interação entre os gestores para melhor utilização dos resultados da autoavaliação, que deveria guiar as decisões	2	1	3
Total Geral	24	23	47

A maioria dos respondentes docentes afirmou sua opinião quanto a não utilização dos resultados oriundos do processo de autoavaliação, pelos gestores, em suas tomadas de decisões e já a maioria dos respondentes técnicos administrativos afirmou que os gestores utilizavam sim os resultados dos processos de autoavaliação em suas tomadas de decisões.

Esta análise demonstrou que os respondentes técnicos administrativos, em geral por lidarem mais com questões burocráticas possivelmente tenham tido informações acerca de alguma decisão tomada pelos gestores, oriunda do processo de autoavaliação. Ao passo que os docentes, por estarem em sala de aula, talvez não tenham tido acesso a tais informações, justamente por não ter sido amplamente divulgadas da forma como preconizava a legislação da área.

Ao realizar este estudo, outra situação apontada, foi a pouca comunicação interna, pois, até mesmo as notícias oficiais, postadas no sítio da instituição, às vezes, não chegavam aos respectivos destinatários. Isto denotou ser uma questão bastante emblemática a ser enfrentada pelos gestores no cenário atual com o crescimento da instituição que ministra em 2012 (dois mil e doze) 10 (dez) cursos superiores e com previsão de mais 1 (um) para 2013 (dois mil e treze).

Os resultados dos processos de autoavaliação realizados no âmbito do câmpus Urutaí anteriores ao ano de 2012 foram postados no sítio oficial, mesmo assim, um grande número de respondentes demonstrou não saber do que se trata o assunto no momento de responder ao questionário. Os assuntos que deveriam ser de interesse comum a todos os segmentos da instituição, muitas vezes não são percebidos como deveriam, não bastando apenas que a instituição tenha divulgado em sítio oficial, as respectivas informações.

Vale pontuar a necessidade de implantação de medidas emergenciais no sentido de que as informações a serem prestadas para a comunidade interna estejam melhor detalhadas e estudadas, para aumentar o laço interativo a ser firmado entre os segmentos acadêmicos, não apenas por meios eletrônicos de comunicação, como também através de seminários, reuniões, *workshop*, palestras, dentre outros, informando sobre questões pontuais que possam ser agregadas na produção do conhecimento dos atores que participam do processo educacional.

Portanto, conforme prevê a Lei do SINAES, à CPA cumpre o papel de ser o elemento facilitador da operacionalização do processo de autoavaliação, seguindo as orientações do CONAES, para abarcar as dez dimensões propostas pela legislação, devendo, entretanto, toda logística ficar sob a responsabilidade da gestão da instituição.

Por conseguinte, foi importante registrar a necessidade de uma intervenção eficiente para que os diagnósticos possam ser levantados de forma sistemática e contínua e que permitia consolidar os resultados de forma legítima, sendo sua finalidade alcançada na íntegra e não simplesmente pelo formalismo que a matéria exige.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de autoavaliação do câmpus Urutaí – IF Goiano aconteceu de forma rápida, não permitindo a intensificação do prazo de resposta aos questionários e às entrevistas elaboradas para o reitor e pró-reitores, bem como para a elaboração do relatório final. Isto denotou a imaturidade da instituição no que tange as possíveis fragilidades/oportunidades obtidas por meio do processo de autoavaliação.

Neste sentido, evidenciou-se a necessidade de que os atores envolvidos no processo buscassem interagir mais com os gestores e com os respectivos segmentos que representavam, de forma que houvesse uma intervenção desses sujeitos no processo, de forma positiva na tentativa de validar com maior ênfase o diagnóstico levantado na fase de coleta dos dados.

No que tange à pesquisa efetuada, foi interessante afirmar que as respostas obtidas quanto: “ao conhecimento sobre o processo de autoavaliação aplicado no câmpus Urutaí; as experiências atuais sobre autoavaliação; a percepção sobre a aplicação de ações advindas dos resultados do processo de autoavaliação; e você considera que os gestores utilizam os resultados da autoavaliação nas tomadas de decisão”, apontaram em sua grande maioria que os respondentes nem sequer conhecem a sistemática do processo de autoavaliação institucional ocorrida no âmbito do câmpus Urutaí.

Conforme averiguado na documentação colhida junto a CPA, o prazo de ação da referida comissão demonstrou ser insuficiente para realização de todas as etapas da instrumentalização e validação do processo de autoavaliação institucional. Diante deste contexto, foi importante mencionar que os trabalhos desenvolvidos no âmbito da CPA, necessitavam ser mais bem estruturados.

O estudo destacou ainda que houvesse uma conscientização efetiva junto ao reitor, pró-reitores, diretorias sistêmicas, diretores gerais e diretores de departamentos acerca da importância do processo avaliativo para a instituição, evidenciando não só o cumprimento da legislação como também as possíveis oportunidades e fragilidades apontadas por meio do diagnóstico levantado, de forma a potencializar o desenvolvimento da instituição com a participação ativa da comunidade interna, por segmento, retratando os problemas vislumbrados, de acordo com as percepções dos atores envolvidos e ainda estabelecendo uma dinâmica de trabalho condizente com os recursos disponibilizados.

Outro ponto relevante foi a falta de estrutura da CPA, a elaboração das atividades de planejamento, execução das atividades de sensibilização da comunidade por segmento, a coleta e compilação de dados e a elaboração do relatório final em observância a Lei do SINAES, ficaram prejudicadas devido à atual estrutura em que foi consolidada a CPA. Tão obstatante, foi notório perceber a imaturidade da comunidade interna em relação à importância do processo de autoavaliação para a instituição.

Talvez, o grande gargalo trazido a tona por esta forma de se avaliar, foi a necessidade de haver uma maior sensibilização, por parte do governo federal, para com a sociedade conclamando os cidadãos para que cobrem dos órgãos reguladores, um processo legítimo com a participação da comunidade interna de cada instituição, de forma que o referido processo seja uma forte ferramenta orientadora de políticas públicas na área de educação.

Ao proceder este estudo ficou evidenciado que o processo de autoavaliação institucional do câmpus Urutaí pouco contribui para a gestão, pois seus resultados ainda não refletem a realidade da instituição, devido a pouca adesão, por segmento. Portanto, o diagnóstico apurado com a autoavaliação não tem sido tão propagado pelo fato, principalmente, de ainda não haver na instituição uma cultura avaliativa.

Conforme consta nos relatórios de autoavaliação, os resultados foram inócuos à gestão, pois não revelam sua significância. É preciso que haja um empenho tanto da CPA como da equipe gestora, quanto à sensibilização da comunidade interna acerca da importância

do processo de autoavaliação, para que este possa abarcar um número maior de avaliadores, bem como seria imprescindível que houvesse uma intervenção política a ser implementada pela reitoria e pelos gestores dos câmpus, de forma que torne o processo mais legítimo e eficiente. Pois é importante mencionar que os resultados obtidos não demonstraram um conhecimento profícuo dos respondentes para com o assunto pesquisado. Dessa forma, este instrumento de pesquisa empregado retratou de maneira mais objetiva os ideais dos respondentes visando obter ao final do processo uma educação de mais qualidade e que atenda aos anseios da sociedade.

Então, conforme evidenciado neste estudo, quando a Lei do SINAES trouxe a autoavaliação para a educação superior em 2004 (dois mil e quatro), o câmpus Urutaí que já ofertava o ensino superior e, passou também a ser regulado por essa mesma Lei. Entretanto, em que pese o ensino oferecido por esta instituição não ser somente o ensino superior, necessário se torna esclarecer que o processo de autoavaliação, no que tange aos seguimentos docentes, discentes e técnicos administrativos, também perpassa pela educação básica, pois os servidores que estão imbuídos no processo educacional são os mesmos e, talvez este seja um dos problemas impostos junto com a criação dos institutos: um mesmo instrumento de aferição de qualidade de o ensino superior ser aplicado em uma instituição que oferece metade de suas vagas para o ensino superior e a outra metade para o ensino básico. Problema relevante que merece ser estudado pelo governo para que mecanismos de avaliar instituições diversas sejam criados de forma pertinente e efetiva. É importante registrar ainda que a cultura de avaliação ainda não está tão clara à comunidade interna.

Evidencia-se, com base nos objetivos traçados pelo CONAES, que o câmpus Urutaí, bem como o IF Goiano não tem utilizado o processo de autoavaliação de forma tão efetiva assim, pois nem os resultados foram divulgados conforme deveria para toda a instituição, ou seja, não houve debates entre os seguimentos para discussão acerca dos diagnósticos levantados e talvez esta cultura ainda não esteja presente na instituição devido ao grande volume de trabalho daqueles que se propuseram a realizar estas atividades.

Então, enquanto o governo não criar mecanismos facilitadores para aplicação do processo avaliativo dentro das instituições, e não disponibilizar recursos humanos, apesar de ter uma legislação coerente para seguir, cada instituição realiza o processo conforme sua conveniência e oportunidade, o que torna, às vezes, o processo falho.

Como exemplo dessa dinâmica, conforme acima descrito, há no IF Goiano uma CPA eleita, onde todos seus membros estão sobrecarregados de serviços e/ou aulas para ministrar. A instituição não possui recursos humanos que possam estar disponíveis, um dia durante a semana, para realizar atividades inerentes ao processo de autoavaliação institucional, o que resulta em uma dinâmica processual com uma participação não muito ativa que possa legitimar o processo de forma sistemática e condizente conforme requer o processo de autoavaliação de uma instituição de ensino superior.

10 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLONI, Isaura. *A Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e a Política de Educação Superior*. In: SGUISSARDI, Valdemar (org.). *Educação Superior – Velhos e Novos Desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. *A função social da avaliação institucional*. Revista Avaliação, Campinas, ano 3, n. 4, dez. 1998.

_____. *A função social da avaliação institucional*. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo Ivo. *Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.

BRASIL. Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí. *Relatório Final da Primeira Autoavaliação Institucional – 2004/2005*. – Goiás, 2006.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica Goiano. *Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal Goiano*. Aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 023/2010 de 23/11/2010. Goiás, 2010.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica Goiano. *Relatório Final de Autoavaliação Institucional – 2008/2009*. Goiás, 2010.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica Goiano. *Relatório Final de Autoavaliação Institucional – 2011*. Goiás, 2011.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica Goiano. *Relatório Final de Autoavaliação Institucional – 2012*. Goiás, 2012.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica Goiano. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2009/2013*. Goiás, 2009.

_____. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acessado em 24 mai. 2010.

_____. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Seção 1, p. 3. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso em 24 mai. 2010.

_____. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. *Histórico*. Disponível em:

<http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=79>. Acesso em: 24 mai. 2010.

_____. *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)*. Brasília, DF, 1994.

_____. *Relatório Final de Autoavaliação Institucional – 2006/2007*. – Goiás, 2008.

CAVALIERI, Adriane; MACEDO-SOARES, T. Diana L.v.A; THIOLLENT, Michel. *Avaliando o desempenho da Universidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

CONAES. *Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, 2004.

DEMO, Pedro. *Avaliação qualitativa*. 7.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. *Mitologias da Avaliação: De como ignorar, em vez de enfrentar problemas*. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DENCKER, A. de F. M. *Pesquisa empírica em ciências humanas*. São Paulo: Futura, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. *Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado*. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da Educação Superior*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Avaliação da Educação Superior*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Avaliação Institucional, instrumento da qualidade educativa: a experiência da Unicamp*. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (Orgs). *Avaliação Institucional: teoria e experiências*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DOLABELA, Fernando. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

EYNG, Ana Maria. *Avaliação e Identidade Institucional: Construindo uma cultura de antecipação*. Revista Diálogo Educacional. Curitiba, 2004, v. 4, n. 11.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. *Gestão Educacional e Organização do Trabalho Pedagógico*. Curitiba: IESDE, 2003.

FREITAS, Ieda Maria Araújo Chaves; SILVEIRA, Amélia. *Avaliação da educação superior*. Florianópolis: Insular, 1997.

FILION, Luis Jacques. *Empreendedores e Proprietários de Pequenos Negócios*. Revista USP – Revista da Administração. São Paulo, 1999.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KRAWCZYK, Nora. *Revista: Educação & Sociedade*. Campinas. Ano XX, nº 67, Agosto/1999, p. 118-119.

LEITE, Denise. *Reformas universitárias: Avaliação Institucional Participativa*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004. p. 73 – 95.

_____. *O sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

LÜCK, Heloísa. *A gestão Participativa na Escola*. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. *Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores*. Brasília, DF: INEP, 2000.

_____. *A Evolução da Gestão Educacional a partir de Mudança Paradigmática*. 2009. Disponível em <<http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf>>. Acessado em 17 set. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. *Introdução à Administração*. 7. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 2007.

MEC, INEP. *SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação*. 5. ed. ver. e ampl. Brasília: INEP, 2009.

_____. *SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Base para uma Nova Proposta de Avaliação da Educação superior Brasileira*. Brasília, DF: INEP, 2004.

MEC/SESu. *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras*. Brasília: MEC/SESu, 1994.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de; *Metodologia da Pesquisa Científica: Guia Prático para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*. 2.ed. Florianópolis: Books, 2006.

RISTOFF, Dilvo Ivo. *Avaliação Institucional: pensando princípios*. In: BALZAN, Newton César; DIAS SOBRINHO, José (Orgs). *Avaliação Institucional: teoria e experiências*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RISTOFF, Dilvo Ivo. *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*. Florianópolis: Insular, 1999.

RIBEIRO, Célia Maria. *Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás*. Campinas. Vozes, 2000.

SANCHES, Raquel C.F; RAFHAEL, Hélia Sônia. *Projeto Pedagógico e Avaliação Institucional: articulação e importância*. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, ano 11. v. 11, n. 1, mar. 2006.

SILVA, Caetana Juracy Resende. et al. *Institutos Federais: Lei 11.892, de 29/12/2008: Comentários e Reflexões*. Natal: IFRN, 2009.

SOUSA, Clarilza Prado (org). *Avaliação do Rendimento Escolar*. 17.ed. Campinas: Papirus, 2010.

SOUZA, Nádía Maria Pereira. *A avaliação da educação superior: o estado das artes, o MEC e a experiência de universidades no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 2002. 3621f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2002.

11 ANEXO

Anexo A – Questionário aplicado na Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Sou a servidora Laura Olívia de Oliveira Issy e estou fazendo uma pesquisa sobre as contribuições da autoavaliação para a gestão do Instituto Federal Goiano – *câmpus Urutaí*, que integrará minha dissertação de mestrado em Educação Agrícola na UFRRJ, sob a orientação de Nádia Maria Pereira de Souza. Você está convidado (a) para participar como voluntário (a). Asseguro-lhe que sua identidade será mantida sob sigilo.

Questionário

Caracterização dos Informantes:

Marque com um X a resposta correspondente:

3.4 – Situação Funcional:

Docente Efetivo (____) Técnico Administrativo (____)

1.2 – Sexo:

Feminino (____) Masculino (____)

1.3 – Ano de Admissão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:

Antes de 1990 (____) De 1991 a 1995 (____)

De 1996 a 2005 (____) De 2006 a 2011 (____)

1.4 – Regime de Trabalho atual:

20 horas semanais (____)

30 horas semanais (____)

40 horas semanais (____)

Dedicação Exclusiva (____)

Outro:

Especifique: _____

1.5 – Área de Formação:

Ciências Econômicas e Administrativas (____)

Ciências Exatas e da Terra (____)

Ciências Humanas e Sociais (____)

Ciências Biológicas e Saúde (____)

2. Autoavaliação

Enumere as afirmativas a seguir de 1 a 5, de acordo com sua ocorrência, expressando as observações, quando necessário, que considerar pertinentes sobre autoavaliação:

- Sem condições de responder
- Nunca
- Raramente
- Quase-sempre
- Sempre

2.1 – O processo de **autoavaliação** expressou um diagnóstico acerca da organização da instituição ()

2.2 – Existiu empenho da comunidade acadêmica para realização do Processo de **autoavaliação** da instituição. ()

2.3 – As informações sobre o processo de **autoavaliação** foram comunicadas em tempo hábil ao pessoal interessado. ()

2.4 – Existiu uma divulgação acerca dos resultados obtidos por meio do processo de **autoavaliação** à comunidade acadêmica, tais como: reunião ou postagem dos resultados oficiais no site oficial da instituição. ()

3. Percepções sobre a autoavaliação

3.1. Você já participou do processo de **autoavaliação** institucional do campus Urutaí? Caso a resposta seja positiva, especifique: Quando e de que forma?

3.2 . O que você pensa sobre as experiências **atuais** de **autoavaliação** institucional aplicadas no IF Goiano - campus Urutaí

3.3 Qual a sua percepção sobre a aplicação das ações administrativas e acadêmicas advindas dos resultados do processo de **autoavaliação**?

3.4 – Você considera que os gestores utilizam os resultados da **autoavaliação** nas tomadas de decisões?

Muito obrigada pela contribuição.
Laura Olívia

12 APÊNDICES

Apêndice A – Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do CEFET Urutaí-GO

Nome	Segmento que representa	Área Atuação
Mônica Sacuray Pais ⁷	Docente	Informática
Fernando Barbosa Matos	Docente	Informática
Manoel Teixeira de Faria	Docente	Irrigação
Vanessa França	Discente	Tecnologia Sistema da Informação
Esabel Alves Bezerra	Discente	Irrigação e Drenagem
Leonice de Andrade Carvalho	Técnico Administrativo	Auxiliar de Biblioteca
Ednalva Nunes Macedo	Técnico Administrativo	Psicóloga
Rublei Sabino da Silva	Comunidade	Professor de História
Neuza de Fátima Vaz de Melo	Comunidade	Mestre em Linguística

Tabela 1: Composição da CPA

Período de mandato da CPA: 02 (dois) anos

Ato de designação da CPA: Portaria nº 094 de 30/07/2004

⁷

Coordenadora da CPA

Apêndice B – Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do CEFET- Urutaí-GO

Nome:	Segmento que representa:	Área Atuação
Mônica Sakuray Pais ⁸	Docente	Informática
Vivian Cirino de Lima	Docente	Informática
Cínthia Viegas Silva	Discente	Tecnólogo em Gestão Ambiental
Rafael Jhonatan da Costa	Discente	Tecnólogo em Sistemas de Informação
Alberto Michel da Silva Mota	Discente	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Márcio Fernandes Carneiro	Servidor técnico-administrativo	Técnico em Enfermagem
Ana Carolina Simões L. F. dos Santos	Servidor técnico-administrativo	Pedagoga
Neuza de Fátima Vaz de Melo	Comunidade externa	Mestre em Linguística
Rubislei Sabino da Silva	Comunidade externa	Professor de Historia

Tabela 2: Composição da CPA

Período de mandato da CPA: 02 (dois) anos

Ato de designação da CPA: Portaria nº 151 de 12 de maio de 2008

⁸

Coordenadora da CPA

Apêndice C - Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do câmpus Urutaí-GO

Nome	Segmento que representa	Área Atuação
Wesley José de Souza ⁹	Docente	Zootecnia
Maria Aparecida de Oliveira Rosa	Técnico Administrativo	Pedagógica
Felipe Correia Veloso	Discente	Tecnologia em Gestão Ambiental
Alberto Michel Mota	Discente	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Heleno Alexandrino de Lima Filho	Comunidade	Irrigação e Drenagem
Keides Batista Vicente	Comunidade	Licenciatura em História
Rogério Carneiro Machado	Docente	Informática
Eduardo Rodrigues Torres	Técnico Administrativo	Assessoria de Comunicação

Tabela 3: Composição da CPA

Período de mandato da CPA: 02 (dois) anos

Ato de designação da CPA: Portaria nº 299 de 04/12/2008

⁹

Coordenador da CPA

Apêndice D – Portaria nº 085 de 25 de agosto de 2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Portaria nº 085, de 25 de agosto de 2010

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria nº 29, de 07 de janeiro de 2009, publicada no DOU de 08 de janeiro de 2009,

RESOLVE:

Designar **VICENTE PEREIRA DE ALMEIDA**, Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula 0047568, **FRANCIMAR ALVES XIMENES**, Assistente em Administração, Matrícula 0047578 e **MARINA CAMPOS NORI RODRIGUES**, Pedagogo, Matrícula 1668019, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão encarregada de constituir as Subcomissões Própria de Avaliação dos Campi e a Comissão Própria de Avaliação – CPA deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

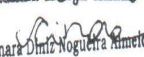
II – A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.


José Donizete Borges
Reitor

PUBLICADO NO
BS/IF Goiano

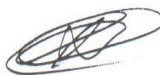
N.º 08 de

31.08.2010


Cinara Diniz Nogueira Almeida
Coordenadora de Pessoas
Portaria/IF Goiano nº 26, de 03.03.2009
DOU de 04.03.2009



INSTITUTO FEDERAL
GOIANO



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
REITORIA
Caixa Postal 50
74.003-901 – Goiânia – GO
55-62-3274-2003 – gabinete@ifgoiano.edu.br

Apêndice E - Composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IF Goiano

Nome	Cargo	Segmento que representa
Eduardo Silva Vasconcelos	Presidente	Docente
Adriano Soares O. Bailão	Suplente	Docente
Luciano Carlos Ribeiro da Silva	Secretário	Docente
Iron Felisberto de Freitas	Suplente	Docente
Beneci Batista Ribeiro	Vice-presidente	Técnico Administrativo
Maria do Rosário Faria dos Santos	Suplente	Técnico Administrativo
Laura Olívia de Oliveira Issy	Membro	Técnico Administrativo
Eli Medeiros Souza	Suplente	Técnico Administrativo
Lucas Garcia de Araújo	Membro	Discente
Waléria Pinheiro de Araújo	Suplente	Discente
Jáliston Júlio Lopes Alves	Membro	Discente
Felipe Carreira da Silva	Suplente	Discente
Eduardo Antônio Ribeiro	Membro	Sociedade Civil
Sílvio José Melo	Suplente	Sociedade Civil
Leonardo Frauzino Elias	Membro	Sociedade Civil
Jurandir Cardoso de Oliveira	Suplente	Sociedade Civil

Tabela 4: Composição da CPA

Período de mandato da CPA: 02 (dois) anos

Ato de designação da CPA: Resolução Conselho Superior nº 023 de 23/11/2010.